



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
ATO CONVOCATÓRIO Nº 009/2017
CONTRATO DE GESTÃO Nº. 14/ANA/2010

**“CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE
 DIAGNÓSTICO HIDROAMBIENTAL DE NASCENTES NA BACIA HIDROGRÁFICA
 DO RIO PERUCABA, ESTADO DE ALAGOAS”**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	22
2.1 CLIMA.....	24
2.2 VEGETAÇÃO	25
2.3 GEOLOGIA.....	25
2.4 HIDROGEOLOGIA.....	26
2.5 RELEVO	26
2.6 PEDOLOGIA	26
3. JUSTIFICATIVA.....	28
4. OBJETIVO.....	29
4.1 OBJETIVO GERAL.....	29
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	29
5. ESCOPO DO PROJETO.....	30
6. ÁREA DE ATUAÇÃO.....	30
6.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA.....	32
6.2 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA	36
6.3 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS	36
7. DESCRIÇÃO DO PROJETO	36
7.1 DIAGNÓSTICO DA BACIA DO RIO PERUCABA.....	36
7.1.1 <i>Levantamento de dados secundários.....</i>	<i>37</i>
7.1.2 <i>Levantamento de dados primários – trabalhos de campo</i>	<i>38</i>





7.1.2.1	Cadastro e caracterização das nascentes.....	38
7.1.2.2	Avaliação das características morfológicas.....	42
7.1.2.3	Avaliação de processos erosivos.....	42
7.1.2.4	Avaliação do uso, manejo e ocupação da área da bacia.....	43
7.2	ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES.....	44
7.3	ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA.....	45
7.3.1	<i>Apresentação do Termo de Referência e última coleta de sugestões.....</i>	47
7.3.2	<i>Entrega da versão final do Termo de Referência.....</i>	47
8.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PROJETO.....	47
8.1	DESENVOLVIMENTO DE TRABALHO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	47
8.1.1	Atividades previstas.....	48
8.1.2	Produção de material gráfico.....	51
8.2	EQUIPE TÉCNICA.....	52
9.	PRODUTOS ESPERADOS E PRAZO DE EXECUÇÃO.....	52
9.1	PRODUTOS ESPERADOS.....	52
9.2	PRAZOS E CRONOGRAMAS DE EXECUÇÃO.....	53
10.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	54
11.	ANEXOS.....	56
11.1	ANEXO A – FORMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DAS NASCENTES IDENTIFICADAS.....	56
11.2	ANEXO B – FICHA INDIVIDUAL DE NASCENTE.....	60
11.3	ANEXO C – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS.....	61
11.4	ANEXO D – TERMO DE ACEITE.....	63
11.5	ANEXO E – FICHA DE CADASTRO DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	64





1. INTRODUÇÃO

A Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo (AGB Peixe Vivo) é uma associação civil de direito privado, composta por empresas usuárias de recursos hídricos e organizações da sociedade civil, tendo como objetivo a execução da Política de Recursos Hídricos deliberada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica a ela integrados. Criada em 15 de setembro de 2006, a AGB Peixe Vivo tem suas funções equiparadas à Agência de Bacia Hidrográfica (denominação das Agências de Água definida no Estado de Minas Gerais, de acordo com a Lei Estadual nº. 13.199, de 29 de janeiro de 1999) desde o ano de 2007, por solicitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Integram a sua composição a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva.

Atualmente, a Agência está legalmente habilitada a exercer as funções de Entidade Equiparada às ações de Agência de Bacia do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº. 114, de 10 de junho de 2010, que delega competência à AGB Peixe Vivo para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Além do Comitê Federal, a AGB Peixe Vivo está legalmente habilitada a exercer as funções de Agência de Bacia para dois Comitês estaduais mineiros, o CBH Rio das Velhas (Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – UPGRH SF5) e o CBH Rio Pará (UPGRH SF2).

Dentre as finalidades da AGB Peixe Vivo está a prestação de apoio técnico-operativo à gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas para as quais ela exerce as funções de Agência de Bacia, incluindo as atividades de planejamento, execução e acompanhamento de ações, programas, projetos, pesquisas e quaisquer outros procedimentos aprovados, deliberados e determinados por cada CBH ou pelos Conselhos Estaduais ou Federal de Recursos Hídricos.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) é o órgão colegiado responsável por realizar a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Bacia do Rio São Francisco. Integrado pelo poder público, sociedade civil e empresas usuárias de água, visa à proteção dos seus mananciais e ao seu desenvolvimento sustentável. Com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, foi criado por Decreto Presidencial em 5 de junho de 2001.

O CBHSF é vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão colegiado do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e se reporta à Agência Nacional de Águas (ANA), órgão responsável pela coordenação da gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos no país.

As atividades político-institucionais do CBHSF são exercidas, de forma permanente, por uma Diretoria Colegiada (DIREC), que abrange a Diretoria Executiva (presidente, vice-presidente e secretário), e pelos coordenadores das Câmaras Consultivas Regionais (CCRs) das quatro regiões fisiográficas da bacia: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco.





As ações do CBHSF abrangem essas quatro regiões e objetivam implementar a política de recursos hídricos aprovada em plenária, estabelecendo as regras de conduta em favor dos usos múltiplos das águas.

A Secretaria Executiva do CBHSF, conforme preconizado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, é exercida pela AGB Peixe Vivo, selecionada em processo seletivo público para ser a sua Agência de Bacia. Para o exercício das funções de Agência de Água, a AGB Peixe Vivo e a Agência Nacional de Águas (ANA) assinaram o Contrato de Gestão nº. 14, em 30 de junho de 2010, com a anuência do CBHSF. Esse contrato estabelece o Programa de Trabalho da Agência, obrigando-a, entre outras funções, a analisar e emitir pareceres sobre obras e projetos financiados com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, propor os planos de aplicação desses recursos ao CBHSF e aplicá-los em atividades previstas no plano e aprovadas pelo Comitê.

No ano de 2004, o Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PBHSF) foi aprovado pela Deliberação CBHSF nº. 7. Elaborado para o período de 2004 a 2013 (e hoje em fase de atualização), o PBHSF constatou que as atividades econômicas rurais (como a agricultura e a pecuária), as atividades de mineração (particularmente concentradas na região do Alto São Francisco) e o processo de urbanização da bacia são responsáveis pela remoção da vegetação nativa e por acelerarem os processos de erosão e assoreamento (ANA *et al.*, 2004). Tal cenário indica a necessidade de recuperação ambiental das áreas degradadas com vistas à mitigação dos impactos sobre os recursos hídricos, como a adoção de práticas conservacionistas do solo: plantio direto; adequação e manutenção de estradas rurais; manejo integrado de sub-bacias etc.

O PBHSF também indica a necessidade de adoção de uma linha de intervenção que atue nas origens dos problemas e que se insira nas agendas setoriais e locais, de forma a engajar os atores diretamente responsáveis pelos setores envolvidos e a multiplicar os efeitos das intervenções planejadas e recursos investidos. Foi entendido que “todo esforço de preservação ou recuperação será insuficiente se no processo já instalado de produção (que tende a ampliar e intensificar) não forem incorporadas tecnologias, processos ou práticas de conservação de solo e água que tenham aplicação ampla no processo produtivo para pequenos, médios e grandes produtores no território da Bacia”.

Ainda em 2004, as Deliberações CBHSF nº. 14 e nº. 15 estabelecem, respectivamente, o “conjunto de intervenções prioritárias para a recuperação e conservação hidroambiental na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, como parte integrante do Plano de Recursos Hídricos da Bacia” e “o conjunto de investimentos prioritários a serem realizados na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, no período de 2004 a 2013, como parte integrante do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio São Francisco”. Nesta ocasião, é também promulgada a Deliberação CBHSF nº. 16, que estabelece “as diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia do Rio São Francisco”.





Diante da necessidade de recuperação e conservação hidroambiental da bacia, no ano de 2011 foi assinada a Carta de Petrolina por representantes de governo de seis das sete unidades federativas banhadas pelo Rio São Francisco (Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais e Distrito Federal), além de órgãos estaduais e federais, como a Agência Nacional de Águas e os Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente, da Saúde, das Cidades e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em continuidade aos esforços já realizados em prol da revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Nesta Carta foram estabelecidas como metas um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelos poderes públicos, usuários, sociedade civil e populações tradicionais, visando à (i) universalização do abastecimento de água para as populações urbanas e rurais até o ano de 2020, (ii) universalização da coleta e tratamento de esgotos, da coleta e destinação final dos resíduos sólidos e a implantação de medidas para a solução dos problemas críticos de drenagem pluvial, prevenção e controle de cheias no ambiente urbano até o ano de 2030 e (iii) implementação de intervenções necessárias para a proteção de áreas de recarga e nascentes e para recomposição das vegetações e matas ciliares.

No ano de 2011, seguindo as Deliberações do CBHSF, bem como os objetivos do PBHSF e as Metas Intermediárias da Carta de Petrolina, a AGB Peixe Vivo contratou uma Consultoria Técnica Especializada para elaboração dos primeiros 22 (vinte e dois) projetos de recuperação hidroambiental da Bacia do Rio São Francisco. Em 2012 a AGB Peixe Vivo contratou a elaboração de outros 25 (vinte e cinco) projetos hidroambientais, também, assim como os primeiros, provenientes de demandas espontâneas.

Em resumo, foram implantados 14 (quatorze) projetos para a região do Alto São Francisco, 10 (dez) para o Médio, 7 (sete) para o Submédio e 8 (oito) para o Baixo, totalizando 39 (trinta e nove) projetos hidroambientais. Soma-se a esses, a demanda de projeto objeto desta contratação. Nos anos de 2012 e 2013 foram contratadas as empresas para execução das obras previstas nos projetos.

A contratação de tais projetos foi prevista na Deliberação CBHSF nº. 71, de 28 de novembro de 2012, que aprovou o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, referente ao período 2013-2015. No PAP consta a relação de ações a serem executadas com os recursos oriundos dessa cobrança, dentre as quais está incluída, no Componente II das Ações de Planejamento – Uso Sustentável dos Recursos Hídricos, Proteção e Recuperação Hidroambiental, Sub Componente II.3: Proteção e Conservação, a ação relativa à elaboração de Estudos e Projetos Hidroambientais (Ação Programada II.3.1). A alínea II.3.1.1/032 estima uma verba de R\$ 3,25 milhões para a elaboração de estudos, formatação de projetos e elaboração de Termos de Referência relativos a projetos de revitalização da bacia.

Para a execução dos projetos previstos, o Componente III das Ações Estruturais – Serviços e Obras de Recursos Hídricos e Uso da Terra – prevê, no Subcomponente III.3.1, a Implantação de projetos hidroambientais, divididos entre as quatro regiões fisiográficas da Bacia do Rio São Francisco. Para





essas intervenções e obras foi estimado um montante de R\$ 20 milhões para o período de 2013 a 2015. Juntos, os Estudos e Projetos hidroambientais e a Implantação de projetos hidroambientais somam mais de 25% dos recursos previstos no PAP (3,6% e 21,9%, respectivamente), o que indica a considerável importância que assumem frente às demais ações previstas para a bacia.

As demandas por projetos de recuperação hidroambiental que o CBHSF vem implantando em diversos pontos da bacia surgiram de reivindicações comunitárias, motivadas por graves problemas de degradação do Rio São Francisco, notadamente a poluição de mananciais e a erosão de terrenos próximos aos mesmos, com reflexos diretos sobre a qualidade e a quantidade de água disponível.

As intervenções propostas/realizadas visam a controlar a erosão e a proteger nascentes, tendo como foco micro ou pequenas bacias hidrográficas. As principais ações se voltam para a construção de curvas nível, paliçadas, terraços e barraginhas para a contenção de águas de chuva; melhorias ecológicas nas estradas vicinais; recomposição vegetal e cercamento de nascentes; além de mobilização das comunidades com foco em iniciativas de educação ambiental.

Nesse esforço e dando continuidade às determinações do CBHSF, a AGB Peixe Vivo segue contratando a execução de projetos hidroambientais com vistas à recuperação ambiental e à melhoria da qualidade de vida dos povos da bacia.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

As diversas atividades econômicas que se desenvolvem ao longo da Bacia do Rio São Francisco têm causado inúmeros impactos sobre os seus recursos hídricos, o que aponta para a necessidade de se promover ações de recuperação ambiental de áreas degradadas com vistas à mitigação desses impactos sobre a qualidade e a quantidade das águas.

De acordo com informações do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piauí, o Rio Perucaba, situado na região hidrográfica do Rio Piauí, nasce a 14 km da sede do município de Arapiraca, entre as serras do Alecrim e Mata D'Água, a uma altitude de 300 m. Com sentido de escoamento rumo a sudeste, este rio apresenta uma extensão total de 103 km, sendo que as declividades são mais acentuadas no seu trecho inicial. Ao todo, a sua bacia ocupa uma área de 637,7 km², ocupando total ou parcialmente os territórios dos municípios de Girau do Ponciano, Arapiraca, Lagoa da Canoa, Feira Grande, São Sebastião, Igreja Nova e Penedo, todos localizados na região sul do Estado de Alagoas (HYDROS, 2002).

A ocupação da Bacia do Rio Perucaba teve início no século XVII e deu-se de forma semelhante às outras bacias do Estado de Alagoas, ou seja, a partir de exploradores que chegavam pelo Rio São Francisco. A construção de capelas em homenagem aos santos de preferência desses conquistadores serviram como pontos centralizadores de núcleos populacionais que deram origem a muitos dos atuais municípios da bacia (HYDROS, 2002).





A Bacia do Rio Perucaba é caracterizada por relevo de topografia plana, excetuando a região onde está a principal nascente do Rio Perucaba. Além disso, a bacia apresenta solos profundos e de fácil mecanização, favorecendo, assim, o desenvolvimento da agricultura mecanizada, sobretudo da cana-de-açúcar. A pecuária é outra forma de exploração muito comum na região, que tem como consequência a ocorrência de impactos negativos, pois causa o desmatamento que atinge áreas de encostas e fundos de vale para plantio de pastagens, produzindo forte impacto para as nascentes, localizadas quase sempre na meia encosta das cabeceiras de drenagem (HYDROS, 2002).

A Bacia Hidrográfica do Rio Perucaba vem sofrendo uma intensa degradação ambiental, ocasionada pelo rápido crescimento urbano-populacional promovido nos anos 70 pela explosão da cultura do fumo, que apesar de ser uma atividade agrária, atraiu grande contingente populacional para residir na região. Em consequência do crescimento urbano desordenado, houve um rápido crescimento de bairros periféricos, levando ao aumento do perímetro urbano. Este processo fez com que a expansão urbana envolvesse as nascentes principais da bacia (CBHSF, 2012).

A monocultura é representada pelo cultivo de cana-de-açúcar, uma das mais antigas atividades econômicas desenvolvidas na região, representando um importante vetor de ocupação e adensamento populacional. Dentre as culturas de sequeiro, destacam-se as culturas de várzea (rizicultura), que ocupam as várzeas de boa parte da bacia. Outras culturas de importância na região são o milho, o feijão, o algodão e a mandioca. Nas chácaras são mantidas culturas permanentes como coco, manga, jaca, caju, laranja e abacaxi (HYDROS, 2002).

Segundo informações do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH, 2009), a área utilizada para a criação de animais apresenta pastos plantados com espécies de capim adaptadas ou não às condições de umidade reduzida, característica das regiões semi-áridas. Estes pastos se destinam à alimentação do gado bovino, além de equinos, caprinos, ovinos, asininos e muares. Na maioria das vezes, estes pastos encontram-se associados à vegetação natural e a cultivos diversificados. Em áreas limítrofes aos pastos encontram-se, com frequência, áreas plantadas com milho e palma, destinados à alimentação dos rebanhos durante a estação seca.

No setor industrial, a indústria de transformação ocupa um lugar de destaque na bacia, seguida pelas indústrias da construção civil e a indústria de extração mineral. Outras atividades de destaque são as indústrias de produção de álcool e de beneficiamento de arroz (HYDROS, 2002).

A seguir, são descritas algumas características físico-bióticas da Bacia Hidrográfica do Rio Perucaba. As informações foram obtidas no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piauí (HYDROS, 2002), no Plano estadual de Recursos Hídricos de Alagoas (HYDROS, 2002) e nos sites da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Alagoas e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.



2.1 CLIMA

De acordo com informações do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH, 2009) o clima da região Hidrográfica do Rio Piauí é o Tropical chuvoso com verão seco (Figura 2.1). O período mais chuvoso ocorre entre os meses de abril e outubro, sendo a precipitação média anual na bacia da ordem de 1.300 mm/ano, variando desde níveis inferiores a 1.000 mm/ano em sua porção mais ocidental a 1.500 mm/ano em sua porção oriental.

Em termos de temperatura, o clima da sub-bacia apresenta temperaturas médias acima de 18 °C, com amplitude térmica inferior a 5 °C. As médias anuais variam entre 25,5 °C no extremo oeste da bacia a 24 °C no extremo nordeste da mesma. A umidade do ar decresce na direção oeste e varia entre 70% a 82%, enquanto a evapotranspiração aumenta também na mesma direção, onde atinge valores de 1.450 mm/ano, decrescendo até 1.250 mm/ano na porção leste da bacia (PERH, 2009). Complementarmente, é importante ressaltar que na área da bacia o déficit hídrico é elevado, aumentando de sudeste para noroeste, onde alcança 600 mm/ano, sendo que no extremo sudeste o déficit hídrico é reduzido para 400mm/ano (PERH, 2009).

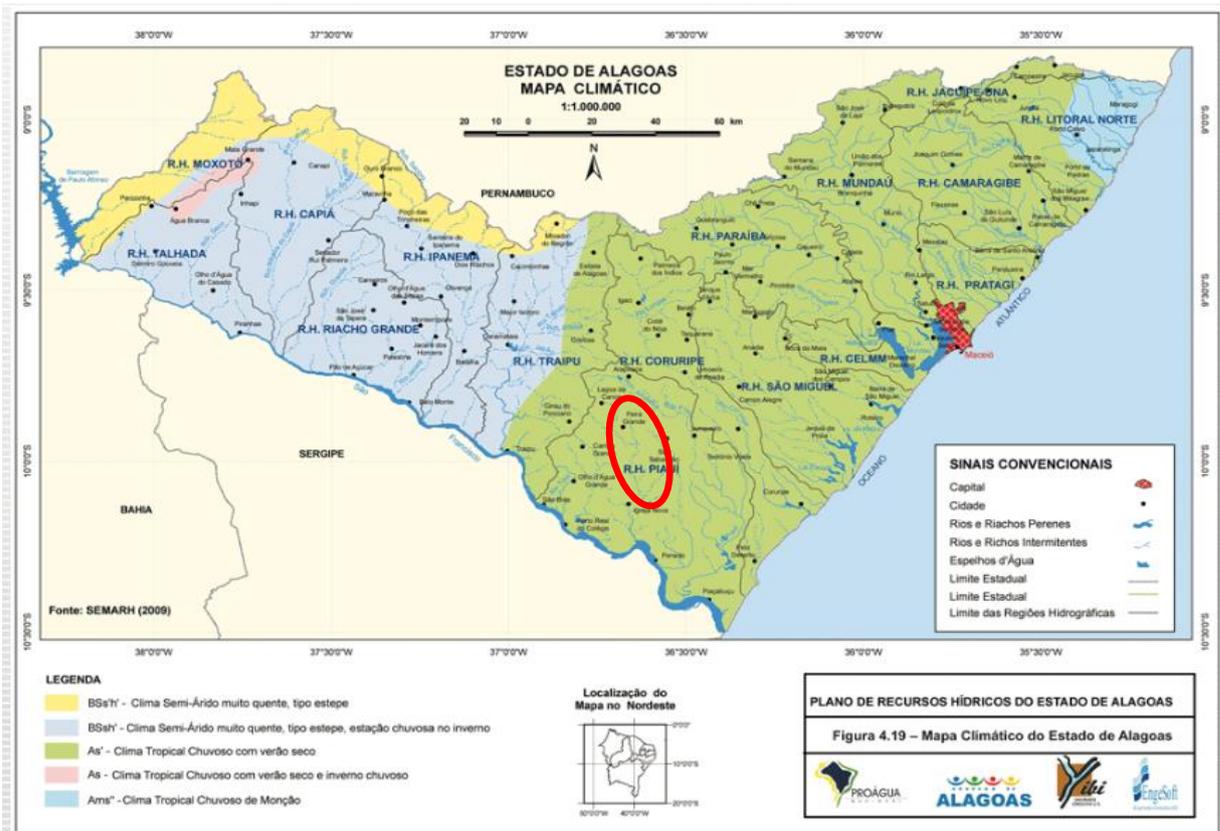


Figura 2.1 – Mapa Climático do Estado de Alagoas, com destaque para a Bacia do Rio Perucaba

Fonte: PERH (2009)



2.2 VEGETAÇÃO

De acordo com informações do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Piauí, a região hidrográfica do Rio Piauí abriga as seguintes formações florestais: Caatinga, a nordeste da bacia; Floresta Estacional, na região central; Restingas, Manguezais e áreas úmidas, em toda a porção leste da bacia. Nos levantamentos realizados, foram identificadas pelo menos 3 espécies ameaçadas e/ou em vias de extinção, incluindo o cipó escada-de-macaco (*Bauhinia smilacina*), a aroeira (*Myracrodruon urundeva*) e a baraúna (*Schinopsis brasiliensis*). É importante ressaltar que as áreas de preservação permanente e de reserva legal da bacia encontram-se bastante antropizadas, com o desmatamento de áreas no entorno de nascentes, margens de cursos de água e encostas de terrenos (HYDROS, 2002).

A caatinga ocorre em uma pequena região da bacia, onde o clima apresenta um forte déficit hídrico nos períodos de estiagem. Destacam-se a ocorrência do Juá (*Zizyphus joazeiro*), pinhão (*Jatropha sp.*) e jurema (*Mimosa sp.*). A floresta estacional está distribuída na região da bacia onde se evidencia uma estação seca bem definida. A sua fisionomia é típica das matas, com dossel superior fechado. A flora é representada pela sucupira (*Bowdichia virgilioides*), cipó-escada-de-macaco (*Bauhinia smilacina*) e Pau d'arco (*Tabebuia sp.*) (HYDROS, 2002).

As restingas e áreas úmidas são caracterizadas por floras das planícies quaternárias com dinâmica de hidrossere e xerossere sobre um solo hidromórfico para as áreas úmidas e áreas quartzosas para a restinga. A florística é representada pelo junco (*Eleocharis sp.*), aminga (*Montrichardia arborescens*) e taboa (*Typha domingensis*) para as áreas úmidas e Murici (*Byrsonima sericea*) e pau pombo (*Tapiririra guianensis*) para a restinga (HYDROS, 2002).

Os manguezais estão presentes nos estuários dos principais rios, com ocorrência do mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue manso (*Larguncularia racemosa*) e mangue de botão (*Conocarpus erectus*) (HYDROS, 2002).

2.3 GEOLOGIA

Na região hidrográfica do Rio Piauí existem dois grupos distintos de rochas: a oeste predominam rochas muito duras, tais como gnaisses, micaxistos, granitóides e granitos, de idade Proterozóica, bastante susceptíveis à ação do intemperismo químico. Nas porções central e leste da bacia, predominam rochas sedimentares fanerozóicas e sedimentos inconsolidados do Terciário e do Quaternário (materiais predominantemente arenosos, areno-argilosos, areno siltosos e siltico-argilosos). As principais estruturas geológicas presentes na área são falhas normais e inversas, presentes tanto nas rochas do embasamento Arqueano e Proterozóico quanto nas rochas sedimentares Fanerozóicas. Também estão presentes fraturas abertas e/ou regeladas em ambas as unidades, observando-se dobras nas rochas do embasamento Arqueano e Fanerozóico (HYDROS, 2002).





2.4 HIDROGEOLOGIA

Quanto à hidrogeologia da região hidrográfica do Rio Piauí, há predominância de depósitos de idade Quaternária, pouco profundos e de área de ocorrência restrita, que ocorrem nos vales e às margens dos principais rios da bacia, formando a planície de inundação, notadamente nas bordas do São Francisco, onde penetra pelos vales dos rios secundários, a exemplo dos rios Perucaba e Boacica (HYDROS, 2002).

A fração arenosa é dominante, formando pacotes que eventualmente são intercalados com níveis de siltitos e argilitos de pouca espessura, encontrando-se eventualmente conglomerados basais mais significativos nas margens do São Francisco. Nos baixos cursos dos rios próximos ao São Francisco, estes depósitos se tornam gradativamente mais representativos, com espessuras que podem alcançar mais de 30 metros (HYDROS, 2002).

2.5 RELEVO

De acordo com informações do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Rio Piauí (HYDROS,2002), as formas de relevo na região hidrográfica dividem-se em cinco unidades principais, sendo que no extremo oeste da bacia desenvolve-se o Pediplano do Baixo São Francisco – uma superfície aplainada, cuja declividade varia entre 0 e 2%, intercalada por elevações residuais, com declividade mais acentuada (entre 10 a 15%). Na porção centro-oeste da área, predominam os Baixos Planaltos, (relevos bastante dissecados, com formas semelhantes a tabuleiros), cujas declividades variam entre 3 a 6% e de 6 a 12%. Na porção central da área, predominam os Pediplanos Inimados (tabuleiros costeiros), nos quais a declividade não ultrapassa os 3%; entretanto, em alguns trechos desenvolve-se um relevo de colinas, onde a declividade pode variar de 3 até 24%. Na porção leste da área e nas margens do Rio São Francisco e alguns de seus efluentes, predominam as Planícies Fluviais e as Planícies Flúvio-Marinhas, caracterizadas por seu relevo plano, com declividade próxima de 0% e cotas topográficas baixas (HYDROS, 2002).

2.6 PEDOLOGIA

Na área da bacia há o predomínio de solos com textura média/argilosa, seguidos dos solos com textura argilosa, textura média, textura arenosa e textura indiscriminada. Quanto à profundidade, a maior parte da área de estudo está ocupada com solo pouco profundo, seguido dos solos profundos e muito profundos; apenas cerca de 15% estão ocupados por solos rasos. Em relação à fertilidade, a grande maioria da área está ocupada por solos de fertilidade natural baixa e somente 35% são solos de fertilidade natural alta (HYDROS, 2002).

Segundo informações do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH,2009) na Bacia Hidrográfica do Rio Perucaba há predominância dos solos Argissolo, Latossolo, Gleissolo e Neossolos, conforme representado na Figura 2.2





As principais características dessas classes de solos são apresentadas a seguir, com base nas descrições apresentadas no Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (EMBRAPA, 1999):

- **Argissolo:** Solos constituídos por material mineral com argila de atividade baixa e horizonte B textural imediatamente abaixo de horizonte A ou E. São de profundidade variável, desde forte a imperfeitamente drenados, de cores avermelhadas ou amareladas. São forte a moderadamente ácidos, com saturação por bases alta ou baixa, predominantemente cauliniticos.
- **Latossolos:** São solos minerais, não hidromórficos, que se caracterizam principalmente pela presença de horizonte B latossólico precedido de qualquer tipo de horizonte A diagnóstico, exceto turfoso. Apresentam sempre avançado estágio de intemperização, sendo normalmente profundos e muito profundos, com pouca diferenciação de horizontes. São em geral fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, virtualmente destituídos de minerais primários, ou secundários menos resistentes ao intemperismo, predominantemente cauliniticos e com capacidade de troca de cátions muito baixa, sempre inferior a 13 me/100g de solo. A classe dos latossolos apresenta subdivisões segundo variações em algumas características do horizonte B latossólico. É importante ressaltar que os latossolos são solos que, devido às condições climáticas em que se encontram, possuem aptidão restrita para agricultura de sequeiro e para pastagem. Possuem, no entanto, médio a alto potencial para a agricultura irrigada.
- **Gleissolo:** Compreende solos hidromórficos, mal drenados, pouco profundos e com sequência de horizonte ACg. As características morfológicas são resultantes principalmente da influência do excesso de umidade durante todo ano, ou pelo menos durante um longo período do ano. Isto é evidenciado pela presença de cores acinzentadas ou neutras no horizonte Cg, geralmente com mosqueados avermelhados. A gleização é decorrente da redução do ferro. Estes solos ocupam áreas de várzea, principalmente na região do litoral, e estão situados em relevo plano. A aptidão agrícola desses solos é restrita tanto para culturas de ciclo curto quanto para culturas de ciclo longo, mesmo assim são muito utilizados com culturas de cana-de-açúcar, arroz (principalmente no Baixo São Francisco), hortaliças e pastagens.
- **Neossolo:** são solos constituídos por material mineral ou por material orgânico com menos de 30 cm de espessura, não apresentando qualquer tipo de horizonte B diagnóstico e satisfazendo alguns requisitos, como ausência de horizonte vértico imediatamente abaixo de horizonte A e ausência de horizonte A chernozêmico conjugado a horizonte cálcico ou C carbonático. Pertencem ainda a esta classe, solos com horizonte A ou hísticos, com menos de 30 cm de espessura, seguidos de camada(s) com 90% ou mais (expresso em volume) de



fragmentos de rocha ou do material de origem, independente de sua resistência ao intemperismo.

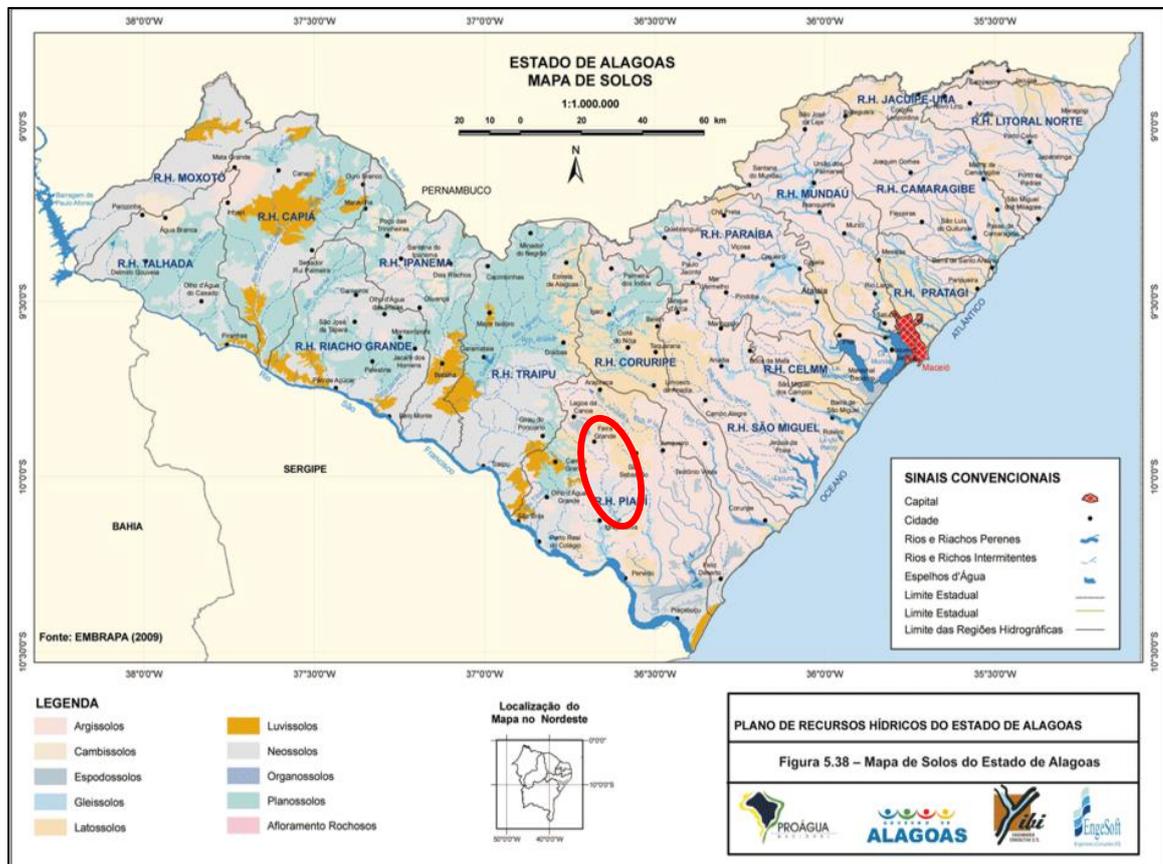


Figura 2.2 – Mapa de Solos do Estado de Alagoas, com destaque para a Bacia do Rio Perucaba
Fonte: PERH (2009)

3. JUSTIFICATIVA

Ao longo dos anos, as diversas atividades econômicas desenvolvidas na Bacia do Rio São Francisco têm sido responsáveis por gerar inúmeros impactos no meio ambiente e, sobretudo, em seus recursos hídricos. Diante dessa situação e da atual crise de escassez hídrica pela qual a região vem passando, se torna cada vez mais necessária a promoção de programas e ações que visem à recuperação ambiental de áreas degradadas e à redução dos impactos sobre a qualidade e a quantidade das águas.

Nesse contexto, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, região fisiográfica do Baixo São Francisco, vem desenvolvendo trabalhos de revitalização e recuperação hidroambiental, mais especificamente com relação a proteção de nascentes, a exemplo do trabalho de diagnóstico ambiental de nascentes na Bacia do Alto Rio Piauí, que foi desenvolvido entre os anos de 2013 até 2016. Para o presente Termo de Referência foi selecionada a Bacia do Rio Perucaba, situada na



Região Hidrográfica do Piauí, abrangendo os municípios de Girau do Ponciano, Arapiraca, Lagoa da Canoa, Feira Grande, São Sebastião, Igreja Nova e Penedo.

Localizada na margem direita do Rio São Francisco e ocupando uma área de 637,7 Km², a bacia do Rio Perucaba é de grande importância para o Estado de Alagoas, uma vez que nela ocorrem diversas áreas com pluviosidade acima dos 1000 mm de chuva e o desenvolvimento de variadas tipologias de uso de solos, especialmente culturas anuais que exigem preparos de solo e demais usos intensivos.

É importante ressaltar que se faz necessária, após o conhecimento desses fatores, ou seja, da realização de um diagnóstico, a elaboração de um Plano de Ações de Recuperação de Nascentes com o objetivo de sanar ou mitigar os problemas de degradação em nascentes localizadas na bacia, potencializar a produtividade agropecuária no território e promover a conservação da água e dos solos para efetivação da recarga do lençol freático, naquela região.

A metodologia a ser utilizada na elaboração do diagnóstico de nascentes nas porções do rio Perucaba, consiste em diagnosticar áreas de nascentes, também englobando suas zonas de recarga, desenvolvendo procedimentos para a sua proteção, abrangendo toda a área da bacia do rio Perucaba, com a realização de um cadastramento das nascentes, assim como o levantamento de informações suficientes para subsidiar a elaboração de um Plano de Ações integrado, efetivo e direcionado para a situação diagnosticada na área de estudo.

4. OBJETIVO

4.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do presente Termo de Referência é a elaboração de um diagnóstico hidroambiental em nascentes na Bacia Hidrográfica do Rio Perucaba, em Alagoas, de forma a estabelecer um Plano de Ações a ser desenvolvido na mesma, visando à conservação do solo e da água.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos deste projeto foram discutidos e validados *in loco* a partir de reuniões e visitas de campo.

- ✓ **Diagnóstico das nascentes do Rio Perucaba e de suas áreas de recarga**
- ✓ **Elaboração de Plano de Ações para as nascentes da Bacia do Rio Perucaba**
- ✓ **Elaboração de Termo de Referência para contratação das intervenções**
- ✓ **Desenvolvimento de trabalho de mobilização social e educação ambiental**





5. ESCOPO DO PROJETO

De acordo com os problemas identificados na Bacia Hidrográfica do Rio Perucaba, em Alagoas, e com os objetivos previamente considerados, foram quantificados os serviços a serem executados, conforme apresentado na Tabela 5.1.

Tabela 5.1 – Quantitativos de serviços na Bacia Hidrográfica do rio Perucaba, em Alagoas

Intervenções e serviços	Quantitativo
Elaboração de Diagnóstico e Plano de Ações	
Área de estudo	63.770 ha
Aplicação de questionários - uso, manejo e ocupação da área da bacia	150 unidades (mínimo)
Cadastro de nascentes	150 nascentes (mínimo)
Mobilização Social	
Produção de Convites	500 unidades
Produção de Banners	1 unidade
Produção de Cartilhas	500 unidades
Produção de cartazes	180 unidades
Seminários e apresentações	4 seminários

6. ÁREA DE ATUAÇÃO

A área da Bacia do Rio Perucaba – Estado de Alagoas, a ser contemplada com intervenções visando à melhoria das suas condições hidroambientais é apresentada no mapa da Figura 6.1 e discutida na sequência.



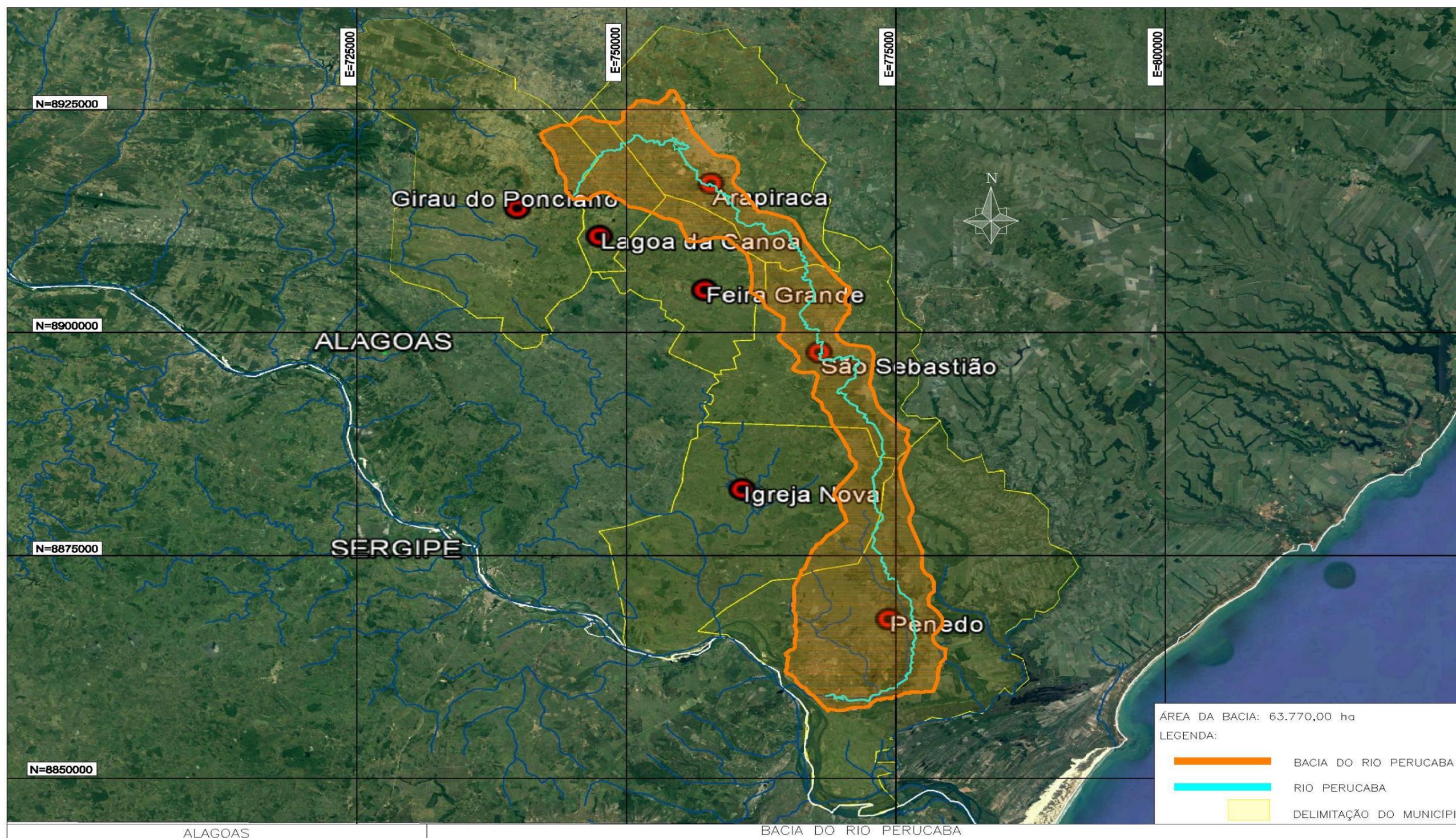


Figura 6.1 – Mapa geral da área da Bacia Hidrográfica do Rio Perucaba, em Alagoas

Fonte: Adaptado de GOOGLE EARTH (2016)

6.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA (dados de campo)

A Bacia Hidrográfica do Rio Perucaba, ocupa uma área de 637,7 km², apresentando solos profundos e extensas áreas de topografia plana, favorecendo assim, o desenvolvimento da agricultura mecanizada. Conforme observado em campo, a atividade agropecuária é uma forma de exploração muito comum na região, o que pode acarretar no desmatamento de áreas de encosta, áreas de pastagem (Figura 6.2) e até mesmo de áreas de proteção de nascentes, comprometendo assim a qualidade hidroambiental da bacia.



Figura 6.2 – Área de pastagem, no município de Penedo - AL

Foto: COBRAPE (2016)

Dentre as culturas de sequeiro, foram observadas na região o desenvolvimento das culturas de várzea (rizicultura), que ocupam as várzeas de boa parte da bacia, e de produção de milho, banana (Figura 6.3), feijão, algodão e mandioca.



Figura 6.3 – Produção de banana, no município de Feira Grande - AL

Foto: COBRAPE (2016)

Como principais problemas que potencializam o comprometimento da quantidade e qualidade da água na bacia, foram identificados: (i) a ocorrência de processos erosivos (Figura 6.4); (ii) o desmatamento para áreas de pastagem, conforme ilustrado na Figura 6.2 e (iii) a poluição dos cursos d'água, devido, principalmente, ao lançamento de esgotos domésticos sem tratamento e ao escoamento superficial de defensivos agrícolas utilizados em plantações próximas.



Figura 6.4 – Desenvolvimento de atividades erosivas (destaque seta vermelha), divisor de bacias - rios Perucaba e Piauí

Foto: COBRAPE (2016)



As atividades desenvolvidas na região hidrográfica do Rio Piauí, citadas, podem ser observadas no mapa de uso e ocupação do solo (Figura 6.5), proveniente do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH, 2009), no qual se nota uma predominância de cana-de-açúcar (28,46% da área), solo exposto (26,34%) e pastagem em área úmida (18,85%). Também merece destaque o plantio de coco (4,10%) – concentrado na região da APA da Marituba do Peixe – e áreas de remanescente de Mata Atlântica (3,80%). No caso da Bacia do Rio Perucaba, destacada pelo círculo vermelho (Figura 6.5), observa-se a predominância do desenvolvimento de plantio de cana-de-açúcar, pastagem em área úmida, pequena agricultura e solo exposto.



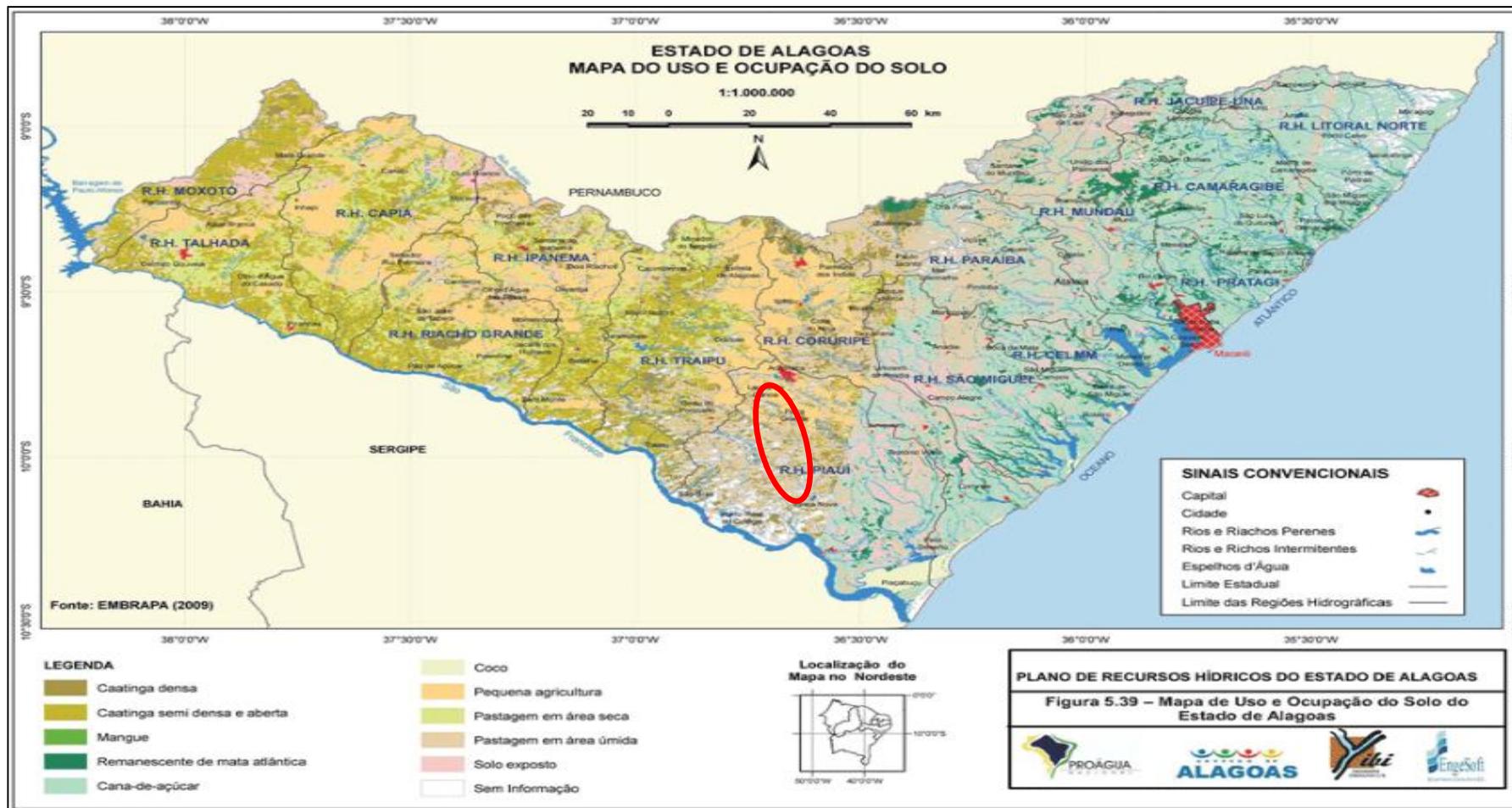


Figura 6.5 – Mapa de Uso e Ocupação do Solo no Estado de Alagoas. A área em destaque refere-se a área da Bacia do Rio Perucaba

Fonte: PERH (2009)





6.2 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

Deve-se ressaltar que a Bacia do Rio Perucaba é de grande importância para o Estado de Alagoas, uma vez que nela ocorrem diversas várias áreas com pluviosidade acima dos 1000 mm de chuva e que possuem diversos tipos de uso de solos. A predominância de desenvolvimento de culturas anuais, exige preparos de solo e demais manejos mais intensivos, o que pode ocasionar processos erosivos, perda de fertilidade dos solos e contaminação das águas subterrâneas e superficiais, reforçando a necessidade de desenvolvimento de trabalhos de cunho hidroambiental na área da Bacia do Rio Perucaba.

6.3 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

Os serviços a serem realizados compreendem a elaboração do diagnóstico das nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Perucaba, caracterizando os usuários, o método de condução das culturas, o manejo de solo, as características geomorfológicas, hidrogeológicas e pedológicas, além do levantamento de demais informações úteis para avaliar a condição da área de estudo e sugerir práticas corretivas, por meio de um Plano de Ações de Recuperação de Nascentes. Complementarmente, a Contratada deverá elencar as ações emergenciais apontadas no referido Plano de Ações e elaborar um Termo de Referência para sua futura contratação, visando à melhoria hidroambiental da bacia.

7. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Neste item são descritos os serviços a serem contemplados na Bacia Hidrográfica do Rio Perucaba, em Alagoas.

7.1 DIAGNÓSTICO DA BACIA DO RIO PERUCABA

A empresa contratada deverá realizar um **diagnóstico sucinto**, a partir de informações **secundárias**, contemplando, minimamente, os seguintes itens:

- Levantamento geomorfológico da bacia, indicando as principais classes de relevo existentes, estabilidade e formas especiais, drenagens e nascentes;
- Levantamento de solo, indicando as principais classes, bem como a aptidão agrícola e a classe de capacidade de uso das mesmas;
- Levantamento geológico e hidrogeológico da bacia, indicando os principais aquíferos e uso das águas, bem como a influência dos mesmos nas nascentes.

O relatório do Diagnóstico deverá expressar os resultados e demais informações complementares para compor o estudo da área – constando de mapas, figuras e tabelas, de forma a enriquecer o conteúdo e a facilitar a sua compreensão, considerando seu caráter de síntese e interpretação de dados. É importante ressaltar que os resultados do Diagnóstico devem ser consistentes o bastante





para permitir que seja tecida uma correlação entre as condições de uso e ocupação do solo das áreas estudadas e os seus impactos sobre a qualidade das águas, dos solos e dos sedimentos no seu “raio” de influência, permitindo, assim, a consolidação de um Plano de Ações para as nascentes, compatível com o cenário levantado.

A metodologia simplificada para o diagnóstico consiste em um estudo integrado do meio físico e de uso e ocupação de solo, assim como o cadastro das nascentes de toda a drenagem da bacia. Abaixo são descritos todos os itens que compõem a metodologia a ser adotada para o desenvolvimento do diagnóstico.

7.1.1 Levantamento de dados secundários.

É importante ressaltar que a Contratada deverá incluir, na revisão de literatura, dados do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O Plano da Bacia irá contribuir com informações gerais dos meios físico, biótico e antrópico, além de dados acerca dos principais problemas ambientais identificados no território e de estratégias para revitalização, recuperação e conservação hidroambiental. Informações a serem pesquisadas na CODEVASF poderão contribuir com dados de projetos de áreas de agricultura irrigada, de estações de piscicultura, de implantação de barragens de perenização de cursos d’água, dentre outros.

Os seguintes dados deverão ser contemplados, além de outros identificados como importantes pela CONTRATADA, ficando claro que cada nascente deverá estar acoplada à sua área de recarga:

- **Estudos climáticos:** Os estudos de climatologia deverão descrever o clima da bacia, em suas principais características, relacionando com a possível dinâmica hidrológica que sustentam as nascentes.
- **Estudos morfológicos:** Além da descrição geral do tipo de relevo predominante na bacia, deverão ser levantadas as principais características das áreas no entorno das nascentes.
- **Estudos pedológicos:** Levantamento dos tipos e classes de solo da bacia predominantes.
- **Estudos hidrogeológicos:** Neste tema deverão ser descritas as principais formações geológicas e suas correlações com os aquíferos da bacia. Deverá ser estudada a possível relação das águas subterrâneas com as nascentes perenes e intermitentes ali presentes.
- **Estudos hidrológicos:** Os estudos hidrológicos deverão contemplar as vazões dos principais cursos de água nas suas diversas formas, caracterização dos cursos d’água (perene, intermitente ou efêmero).
- **Subsídios para o cadastramento das nascentes:** Deverão ser avaliadas cartas topográficas e hidrogeológicas da região, assim como informações espaciais (imagens de satélite, bases cartográficas, entre outros), para direcionar os trabalhos de campo voltados para o cadastramento das nascentes.





Após este levantamento, a equipe técnica da CONTRATADA deverá preparar um programa de atividades de campo que vise à coleta e conferência de dados e informações úteis a serem contemplados no Diagnóstico da Bacia do Rio Perucaba, orientando o levantamento de dados primários.

7.1.2 Levantamento de dados primários – trabalhos de campo

Em campo, deverão ser executadas as seguintes atividades, direcionadas para o conhecimento dos problemas inerentes às nascentes dos cursos de água (de forma que o Plano de Ações a ser elaborado após o Diagnóstico aborde as medidas a serem adotadas visando à conservação de solo e da água, garantindo a disponibilidade e a qualidade das águas):

7.1.2.1 Cadastro e caracterização das nascentes

Previamente à realização do cadastro das nascentes, a Contratada deverá realizar um trabalho de pré-identificação de nascentes. Este trabalho deverá ser realizado a partir do uso de duas técnicas:

- ✓ Uso de geotecnologias e cartas topográficas: que definirão possíveis locais onde possa haver a presença de nascentes ou olhos d'água.
- ✓ Entrevistas locais: os representantes de cada Prefeitura / Secretarias poderão informar possíveis locais onde haja nascentes utilizadas pelos moradores ou proprietários de terras.

É indispensável a incursão de equipes em campo com o objetivo de mapear/cadastrar as nascentes observadas na fase de pré-identificação.

Deverão ser cadastradas as nascentes da bacia (tendo como número mínimo **150 nascentes**), devendo ser levantados os dados acerca da sua inserção e da ocupação da área do entorno, em um raio mínimo de 200 (duzentos) metros ao redor da mesma, descrevendo: (i) o tipo de nascente, (ii) se a água é proveniente de fissuras na rocha ou exsudação no solo, (iii) se existe uso ou não da nascente, (iv) as condições da vegetação ao seu redor e, (v) se existe área encharcada com campo hidrófilo.

Devem ser utilizados como critérios para a seleção e priorização das nascentes: (i) aquelas que tiverem em bom estado de preservação, (ii) aquelas que estejam relacionadas à produção perene de água e aquelas destinadas ao consumo humano e à dessedentação de animais.

Todas as nascentes deverão ser georreferenciadas. As condições de acesso às mesmas (dificuldade de acesso, forma de acesso, trajeto e tempo) deverão ser descritas, visando à elaboração de propostas de proteção e/ou conservação e/ou recuperação diferenciadas.

Deverão ser avaliadas características tais como, sub-bacias que contribuem com vazões importantes, uso da nascente para abastecimento humano e dessedentação de animais, uso para irrigação, localização de áreas degradadas, entre outros, que justifiquem a priorização adotada na seleção das nascentes a serem cadastradas.





O *software* de georreferenciamento utilizado deverá permitir o cruzamento de informações, gerando como produtos finais mapas com a visualização do local de cada nascente. Esta base deverá ser repassada para o CBHSF para compor seu sistema de cadastramento de nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Os registros visuais das nascentes devem ser realizados com a utilização de uma máquina fotográfica. Vale ressaltar que se deve buscar fotografar as nascentes de forma a captar da melhor forma a sua realidade, procurando-se retratar, pelo menos: 1) a microforma do relevo e ocupação no entorno da mesma; 2) o corpo d'água e o fluxo produzido pelo mesmo; e 3) o aspecto visível da água.

As características gerais observáveis de cada nascente devem ser registradas em uma ficha de campo, conforme modelo apresentado no ANEXO A (Formulário para Caracterização e Diagnóstico das Nascentes), de modo a relatar, mais fielmente possível, o ambiente em que a mesma se encontra. Caso julgue necessário, a CONTRATADA poderá acrescentar outras informações ao formulário que auxiliem na caracterização de cada nascente.

Na Tabela 0.1 são listadas as características que devem ser avaliadas em cada área de nascente, de acordo com os itens do ANEXO A. Inicialmente, deve ser registrada a data da coleta de dados em campo e a localização da nascente, que deverá ser anotada com o máximo de precisão possível, para que seja possível o eventual retorno ao mesmo local.

Tabela 0.1 – Informações a serem registradas para caracterização das nascentes

Característica	Registro no questionário	Descrição
Proteção¹	Protegida	Se a nascente está protegida.
	Não protegida	Se a nascente não está protegida.
Temporalidade	Perenes	Nascentes que se manifestam essencialmente durante o ano todo, mas com vazões variando ao longo do mesmo. Caso existam históricos de vazões, a contratada deverá contemplá-los no diagnóstico.
	Intermitentes	Nascentes que fluem durante a estação chuvosa, mas secam durante parte do ano (estação seca). Os fluxos podem perdurar de poucas semanas até meses.
Forma	Pontuais	Nascentes caracterizadas pela exfiltração das águas subsuperficiais em apenas um ponto, raras vezes superando 2,0 m e sendo facilmente individualizadas.
	Difusas	Tipicamente chamadas de brejos. Definidas quando a exfiltração ocorrer em uma área, podendo atingir extensão de dezenas de metros, com canal facilmente identificável a jusante da mesma.
	Múltiplas	Nascentes onde é possível identificar inúmeros pontos de exfiltração de água de um mesmo contexto, muito próximos uns dos outros, sendo frequentes em fraturas geológicas.
Aspecto	Limpa	Quando a água da nascente aparentar estar límpida, sem odor e o lixo não se encontrar no local de sua exfiltração.
	Poluída	Quando a nascentes aparentar presença de esgoto, lixo, espumas e forte odor. Além disso, deve-se avaliar quais os riscos de poluição da nascente.
	Com entulho	Se comprovada a existência de entulho encobrendo ou na

Rua Carijós, 166 - 5º andar - Centro - Belo Horizonte - MG - 30.120-060

Tels.: (31) 3207 8507 - E-mail: licitacao@agbpeixe vivo.org.br





Característica	Registro no questionário	Descrição
Condição		iminência de encobrir a nascente.
	Natural	Quando a nascente se encontrar em leito natural, com o entrono não impermeabilizado, e em local com predominância significativa de espécies vegetais nativas, sem sinais recentes de supressão vegetal.
	Natural antropizada	Quando houver sinais de supressão da vegetação ciliar, frequente ocorrência de espécies exóticas e invasão de espécies generalistas.
	Represada	Quando encontrado um barramento a jusante da nascente, resultando em acúmulo da água em represas.
	Drenada	Quando a vazão da nascente for reunida e concentrada em drenos, canos e manilhas.
	Drenada confinada	Quando a vazão da nascente for interrompida ou regulada por cisternas e poços.
	Aterrada	Quando a nascente se encontrar visualmente degradada pela chegada anômala de sedimentos tecnogênicos, isto é, provenientes de focos de erosão originados ou acelerados pela ocupação humana.
Vazão ²	Outra categoria	Quando a nascente não for caracterizada por nenhuma das situações anteriores.
	Pouca (1,0 a 3,0 m ³ /s)	Fluxo relativo de água a partir da nascente, a ser determinado por metodologias simples de medição de vazão, como por exemplo o Método do Flutuador. É importante ressaltar que a CONTRATADA deverá explicar no Diagnóstico a metodologia adotada para a medição de vazão.
	Significativa (3,0 a 6,0 m ³ /s)	
	Grande (> 6,0 m ³ /s)	
Uso ³	Consumo humano	Utilização em alimentação e dessedentação humana.
	Uso doméstico	Utilização da água em tarefas do lar, tais como limpeza, banho, higiene pessoal e lavanderia.
	Dessedentação animal	Onde houver indícios de utilização por animais domésticos, como fezes de bovinos ou equinos.
	Irrigação	Quando houver canos ou drenos direcionados para cultivos.
	Aquicultura	Para a criação de animais aquáticos.
	Harmonia paisagística	Quando a água das nascentes for utilizada para compor jardins.
	Manutenção do corpo hídrico	Corresponde à manutenção da vazão de um corpo hídrico.
	Afastamento de esgoto	Quando a água da nascente for utilizada para o afastamento de efluentes, industriais ou residenciais.
	Recreação de contato primário	Quando constatado o uso para banho e nado.
	Outro uso	Quando não caracterizada por nenhuma das situações anteriores.
Geomorfologia ⁴	Canal	A incisão vertical produzida por escoamento superficial concentrado é capaz de produzir sulcos e ravinas, que quando interceptam o nível freático dão origem à nascente em geomorfologia de canal, marcando usualmente o início de canais de primeira ordem.
	Concavidade	Localizadas em feições mais suaves do relevo. São formadas a partir da concentração do fluxo subsuperficial de água, a jusante da transição entre o segmento convexo da vertente e a concavidade, concentradora de fluxos.
	Duto	Canais erosivos subterrâneos horizontais, formando





Característica	Registro no questionário	Descrição
		cavidades de formas circulares, geralmente no saprólito.
	Olhos d'água	Nascentes com fluxo concentrado, similar ao duto, mas com canais subterrâneos verticais, e que devidos à pressão, afloram nos chamados olhos d'água.
	Afloramento	Ocorre onde o afloramento rochoso é principal fator condicionante do contato do lençol freático com a superfície, provocando a exfiltração.
	Cavidade	Produzidas por recentes rupturas de declive, concentrando fluxo da água pluvial e interceptando o nível freático.
	Indefinida	Quando não caracterizada por nenhuma das situações anteriores.
Estrato vegetacional	Herbácea	Com vegetação predominante no entorno das nascentes de até 2,0 m de altura.
	Arbustiva	Com vegetação predominante no entorno das nascentes entre 2,0 e 5,0 m de altura.
	Arbórea	Com vegetação predominante no entorno das nascentes superiores a 5,0 m de altura.
	Ausente	Se constatada a inexistência de vegetação no entorno das nascentes.

Notas: ¹Segundo o Art. 3º., inciso XVII, do Novo Código Florestal (Lei nº. 12.651/2012), que regulariza o uso da terra e dos ambientes naturais, nascente é todo "afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d'água". De acordo com o Art. 4º., inciso IV, da mesma lei, as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros são consideradas Áreas de Preservação Permanente (APPs). ²Método Flutuador de medição de vazão: Por meio de flutuadores, que pode ser, por exemplo, uma garrafa PET vazia ou boia, é realizada a estimativa da velocidade da água em um trecho de curso d'água, obtendo assim, de forma indireta a vazão naquele trecho de comprimento conhecido. A velocidade observada com o uso do flutuador corresponde entre 80 a 90% da velocidade superficial. É recomendado que se repita a medição das velocidades pelo menos 03 (três) vezes. Além disso, é necessário se determinar a seção transversal média, a fim de se obter o valor da área da seção. Multiplicando a área pela velocidade média, tem-se o valor da vazão naquele trecho. ³O trabalho deverá procurar explicitar as diversas utilidades prestadas pela água das nascentes, verificadas visualmente ou por meio de entrevistas com moradores e técnicos das prefeituras. ⁴Descrição da geomorfologia presente nas imediações e contextos de exfiltração da água.

Fonte: Adaptado de TERRA VIVA (2015)

Também deverão ser adicionadas curiosidades sobre a área, comentários dos moradores e frequentadores do local e eventuais sugestões de intervenções sobre o entorno das nascentes para sua conservação ou recuperação. Ainda, deverão ser registradas a existência ou não, nas proximidades, de lineamentos estruturais como fratura ou zona de cisalhamento, contatos litológicos com diques básicos ou presença de depósitos colúvio-aluvionares, chamados aluviões. Outras informações julgadas relevantes também deverão ser anotadas.

Os dados das fichas de campo devem ser transcritos para fichas individuais de cada nascente cadastrada, agregados a fotos da mesma e às imagens aéreas, conforme modelo apresentado no ANEXO B. Tal formatação permite a consulta rápida e simplificada das informações coletadas sobre uma determinada nascente, sem a necessidade de consulta prévia à descrição da metodologia empregada.

Para melhor, e rápida, visualização da condição da nascente cadastrada deverá ser utilizado um sistema de etiquetagem no cabeçalho da ficha (ANEXO B), onde cada cor representa uma das **condições** descritas na ficha de cadastramento (Figura 0.1). A **temporalidade** da nascente também deverá ser representada na etiqueta conforme apresentado na Figura 0.2.



						
Natural	Antropizada	Drenada	Represada	Aterrada	Drenada confinada	Indefinida

Figura 0.1 – Referencial para as cores a serem utilizadas nas etiquetas do cabeçalho das fichas cadastrais das nascentes para distingui-las quanto à sua condição

FONTE: TERRA VIVA (2015)

	
Perene (Linha Contínua)	Intermitente (Linha Descontínua)

Figura 0.2 – Representação da perenidade da nascente na etiqueta do cabeçalho das fichas cadastrais

FONTE: TERRA VIVA (2015)

7.1.2.2 Avaliação das características morfológicas

Deverão ser levantadas a drenagem da bacia, as formas especiais de relevo, a morfologia das nascentes, a estabilidade geomorfológica e a descrição das formas e presença de material intemperizado.

Deverá ser elaborado um mapa geomorfológico da bacia em escala compatível, de forma que seja possível a identificação das classes morfológicas mais importantes, especificando os locais de formas especiais.

7.1.2.3 Avaliação de processos erosivos

Nestes estudos deverão ser identificadas as formas de erosão que ocorrem no entorno da nascente, quando houver, com as respectivas coordenadas geográficas e as áreas abrangidas pelas mesmas, da seguinte forma:

a) Erosão laminar

Ligeira – Quando não há exposição de solo, mas se verifica que há perda de solo na área;



Moderada – Quando a exposição de solo já é notada, mas se verifica a presença de vegetação em grande parte da área erodida;

Severa – Quando a exposição de solo prevalece sobre a vegetação.

b) Erosão em sulco

Ligeira – Quando a densidade de sulco é pequena, menor que 3 sulcos por hectare, e os mesmos possuem profundidade menor que 10 cm e largura inferior a 20 cm;

Moderada - Quando a densidade de sulco é superior a 3 sulcos e inferior a 10 sulcos por hectare, e a profundidade é superior a 10 cm e inferior a 30 cm;

Severa – Quando a densidade e dimensões ultrapassarem os números anteriores.

c) Voçoroca

Neste caso, deverá ser estimada as dimensões de largura, profundidade e comprimento, coletando coordenadas no início e fim da erosão.

É importante ressaltar que, independente da tipologia de erosão identificada em campo, deverá ser estimada a área erodida e marcadas, pelo menos, 4 (quatro) coordenadas nos extremos da área afetada. No caso da erosão do tipo Voçoroca, deverá ser verificada a ocorrência de ramificações desta erosão, bem como, se há presença ou não de afloramento de água. Complementarmente, deverá ser elaborado um mapa com as diversas formas de atividades erosivas verificadas na bacia.

7.1.2.4 Avaliação do uso, manejo e ocupação da área do entorno da nascente

Além do mapeamento de uso e ocupação de solo, os diversos usos deverão ser discriminados por tipo de cultura, tipo de vegetação e outros usos caracterizados e georreferenciados na bacia.

Para o conhecimento do manejo adotado deverá ser aplicado, entre os usuários da bacia, o questionário constante do ANEXO C (mínimo de 150 questionários para proprietários de terras).

É importante identificar quem será responsável por “apadrinhar” a nascentes e irá zelar pelas benfeitorias a serem realizadas em etapa futura!

Para as ocupações urbanas inseridas na bacia, deverá ser pesquisada a população de cada assentamento, o sistema de abastecimento de água – envolvendo a forma de captação e o sistema de tratamento –, o sistema de esgotamento sanitário e o sistema de manejo da drenagem pluvial.

É importante salientar que todas as informações deverão ser georreferenciadas com as coordenadas geográficas das propriedades rurais e das demais atividades, das captações de água, dos locais de lançamento de efluentes e locais de lançamento das drenagens pluviais.

Por fim, deverá ser elaborado um mapa de uso e ocupação do solo, incluindo também as informações de manejo das águas e dos solos, e cobertura vegetal, em escala compatível para que possam ser verificadas as particulares identificadas na bacia.



7.2 ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES

A partir do diagnóstico realizado, deverá ser elaborado um Plano de Ações das Nascentes que contenha um compilado dos problemas ambientais detectados e as possíveis medidas a serem tomadas com vistas a reduzir e/ou sanar tais impactos em um contexto futuro.

Definida a relação das nascentes referendadas pelo processo de consulta junto à Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco do CBHSF, a Contratada deverá elaborar um Relatório contendo os Planos de Ação de aproveitamento das nascentes contendo, pelo menos:

- ✓ especificações técnicas individualizadas para cada nascente;
- ✓ orçamento;
- ✓ cronograma de execução e;
- ✓ manual de uso e conservação das nascentes a serem recuperadas / aproveitadas no âmbito do projeto (ações que serão desenvolvidas em outra etapa subsequente).

Um dos exemplos de plano de ação para nascentes diagnosticadas pela equipe técnica da Contratada é apresentado na Figura 7.3.

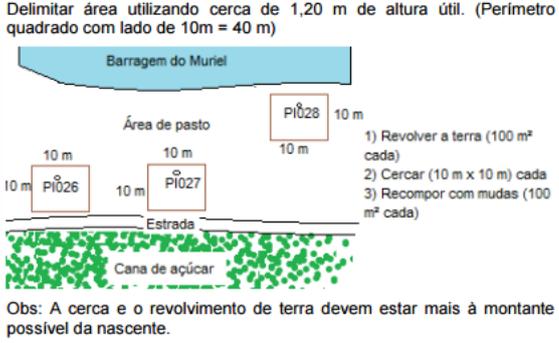
Ação	Atividade	Detalhamento	Local	Justificativa
Cercamento	Construir cerca de proteção da nascente	<p>Delimitar área utilizando cerca de 1,20 m de altura útil. (Perímetro quadrado com lado de 10m = 40 m)</p>  <p>1) Revolver a terra (100 m² cada) 2) Cercar (10 m x 10 m) cada 3) Recompor com mudas (100 m² cada)</p> <p>Obs: A cerca e o revolvimento de terra devem estar mais à montante possível da nascente.</p>	Entorno da nascente	Proteger a nascente do acesso dos animais.
Recomposição vegetal	Plantio de mudas de espécies nativas	<p>Plantar mudas de pequeno e médio porte a exemplo de canafistula, jurema, acácia, marmeleiro e marizeiro, com 4 m² de domínio.</p> <p>Proporção de Insumos para plantio: 6 L esterco:200 g Fosfato; 200 g Calcário.</p> <p>A área de plantio corresponde à 100 m²/nascente x 3 = 300m². (Unidades = 100 m² nascente / 4m² = 25 udx3=75ud)</p>	Entorno do lago	<p>Manterá a perenidade do afloramento;</p> <p>Favorecerá a infiltração da água da chuva;</p> <p>Atrairá espécies da fauna para a região.</p>

Figura 0.3 – Exemplo de plano de ação proposto para 03 (três) nascentes na parte alta da bacia hidrográfica do rio Piauí.

FONTE: CBHSF (2014)



7.3 ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Encerrada a etapa de seleção das ações a serem contempladas no Termo de Referência, a Contratada deverá realizar uma reunião com representantes da CCR Baixo São Francisco e da AGB Peixe Vivo para apresentação/alinhamento das propostas de projeto que integrarão o Termo de Referência para contratação da próxima etapa. É importante ressaltar que o mesmo irá contemplar as ações acordadas no evento público de apresentação do Plano de Ações das Nascentes e cujos Termos de Aceite, tenham sido assinados pelos respectivos proprietários de áreas a serem contempladas.

Esta etapa do trabalho será conduzida principalmente no escritório da Contratada, havendo, caso necessário, retorno ao campo para coleta de informações adicionais. É fundamental que a quantidade/qualidade das informações levantadas seja suficiente para a elaboração dos projetos.

No cenário de recuperação do meio ambiente e da qualidade/quantidade das águas, ambos os projetos assumem importância particular. Sendo assim, a participação dos beneficiados pelos projetos e das comunidades em geral reflete o primeiro passo para o seu êxito, devendo todos serem envolvidos para o pleno alcance dos objetivos propostos à época da implantação e manutenção das intervenções planejadas. Deve, portanto, ser previsto juntamente com o desenvolvimento das intervenções e da implantação de benfeitorias, diversas ações de envolvimento das comunidades locais, próximas às nascentes, além dos “proprietários cuidadores” que deverão ser contemplados na segunda fase do projeto de recuperação das nascentes da bacia do rio Perucaba.

Quanto ao conteúdo, o Termo de referência deverá contemplar o mínimo exposto na Tabela 0.1.

Tabela 0.1 – Conteúdo mínimo do Termo de Referência para contratação de serviços e consultorias demandados pelos projetos selecionados na Bacia do Rio Perucaba- AL

Item	Descrição
I Introdução	Informações básicas sobre a contratação/contratante.
II Contextualização	Contextualização da atividade, localizando-a na bacia hidrográfica e informando sobre a sua importância significativa no contexto da problemática da respectiva região.
III Justificativa	Descrição do projeto e fundamentação baseada no Diagnóstico, no Plano de Ações e em reuniões realizadas.
IV Objetivo	Ressalta o objetivo geral e os objetivos específicos a serem alcançados na implementação do escopo do projeto.
V Declaração do escopo do projeto	Apresentação objetiva e clara através de tabela onde o executor terá perfeito entendimento de qual será a abrangência dos seus trabalhos.
VI Descrição do Projeto	Apresentação do escopo a ser desenvolvido, utilizando-se da metodologia proposta, demonstrando os resultados que se espera alcançar em função dos objetivos formulados e apontando os benefícios a serem obtidos com a implementação do projeto.
VII Especificações técnicas do projeto	Todos os serviços devem ser suficientemente especificados, fazendo uso de instrumentos textuais, gráficos, tabelas, croquis, desenhos em 2D ou 3D, plantas, dentre outros. As intervenções físicas de engenharia ou similares devem constar de georreferenciamento dos trabalhos. Além disso, deve descrever a metodologia para implementação do projeto,





Item	Descrição
	discriminando, se for o caso, as etapas que levarão aos resultados pretendidos, incluindo ações não estruturais de mobilização social, reuniões, consultas públicas, oficinas etc. Neste item também serão especificados os profissionais mínimos exigidos para execução do projeto/serviço/intervenção.
VIII Área de atuação	Apresentação das áreas selecionadas, o público a ser contemplado com as ações e benfeitorias propostas. Descrição da estratégia de atuação, relacionando os recursos a serem mobilizados necessários ao desenvolvimento do projeto, as parcerias propostas e as formas de divulgação das ações.
IX Produtos esperados e prazo de execução	Descrição dos resultados parciais e finais esperados no desenvolvimento do projeto, relacionando-os com um cronograma das atividades a serem desenvolvidas no prazo de execução do projeto. Apresentação de cronograma financeiro e proposta de forma de pagamento, coerentemente com o cronograma de atividades.
X Referências, Anexos e Apêndices	Documentos finais que, eventualmente, irão compor o documento técnico.

Fonte: Adaptado de AGB PEIXE VIVO (2016)

Poderão ser acrescentados outros itens ao Termo de Referência, quando requisitados pela AGB Peixe Vivo ou quando a Contratada julgar necessário. A título de exemplo, indica-se a importância de ser dado um maior destaque às atividades de mobilização social a serem realizadas na fase de execução dos projetos. É necessário que as atividades de mobilização social se iniciem anteriormente à implantação das obras/intervenções e continue ao longo de todo o período da contratação. Também devem ser previstas oficinas de capacitação e educação ambiental, desenvolvidas a partir de metodologias diferenciadas e concebidas de acordo com o público a ser alcançado, envolvendo atividades teóricas (palestras, aulas expositivas etc.) e práticas (dia de campo).

Também deverá ser elaborado o **Orçamento dos Projetos** como item integrante do Termo de Referência, o qual conterà a discriminação de todos os custos relativos às etapas, atividades e/ou produtos a serem desenvolvidos e o custo total do projeto. Sempre que possível, deverão ser considerados serviços e materiais disponíveis na região, visando à redução de custos de execução e fomentando a melhoria de condições socioeconômicas locais, como emprego e renda. Os orçamentos deverão ser entregues em versão impressa e eletrônica (planilhas em Office Excel).

É importante ressaltar que o orçamento dos projetos deverá ser baseado em tabelas de índices de preços nacionais, regionais e municipais, quando houver, e no caso de insumos e serviços não tabelados, deverá ser realizado no mínimo três cotações (que deverão ser anexadas ao orçamento) para a composição final dos custos.





7.3.1 Apresentação do Termo de Referência e última coleta de sugestões

Após a elaboração do Termo de Referência e após a aprovação do CBHSF e da AGB Peixe Vivo, a empresa Contratada deverá realizar a apresentação do documento aos demais interessados pelos projetos, para última coleta de sugestões.

A Contratada deverá agendar e organizar a reunião, em comum acordo com a AGB Peixe Vivo e a CCR Baixo São Francisco e deverá disponibilizar recursos multimídia (notebook e projetor) e de *coffee break*, caso necessário.

As reuniões de apresentação serão registradas por meio de lista de presença, gravação de áudio e lavratura de ata, tudo sob responsabilidade da Contratada.

7.3.2 Entrega da versão final do Termo de Referência

Após a apresentação do Termo de Referência aos interessados pelos projetos, poderão ser realizados ajustes e complementações, conforme a pertinência das contribuições dos presentes nas reuniões. A partir de então, será realizada a formatação final do Termo de Referência com vistas à contratação de bens, serviços e consultorias relativos aos projetos selecionados.

O Termo de Referência deverá seguir padronização e sequência estabelecidas no item 7.3, devendo ser submetido à aprovação da AGB Peixe Vivo.

8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PROJETO

Este item tem por objetivo apresentar o detalhamento das atividades e especificações técnicas que devem ser atendidas pela CONTRATADA na execução dos serviços indicados neste Termo de Referência.

8.1 DESENVOLVIMENTO DE TRABALHO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

As atividades de mobilização social têm por objetivo engajar a população/comunidade a ser beneficiada com os projetos hidroambientais no futuro processo de sua implantação e manutenção, mantendo abertos os canais de comunicação entre os interessados e promovendo a educação ambiental e esclarecendo a população beneficiada.

Tais atividades deverão ser desenvolvidas em paralelo ao desenvolvimento dos trabalhos previstos no presente Termo de Referência, visando à recuperação hidroambiental das nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Perucaba, em Alagoas. A mobilização será composta por diversas atividades, dentre elas a realização de reuniões, seminários e oficinas, com o objetivo principal de apresentar as ações do projeto para a comunidade em geral e os seus beneficiados, a exemplo dos produtores rurais locais, órgãos, entidades, instituições e demais atores interessados.

Ressalta-se que a mobilização dos agricultores/ moradores das áreas é especialmente importante, visto que o conhecimento dos problemas diagnosticados e das propostas para a sua recuperação é





fundamental para a compreensão dos impactos do projeto (em suas 2 etapas). Para tanto, deverão ser realizadas oficinas de educação ambiental visando à sensibilização da comunidade quanto à importância da preservação do meio ambiente.

As atividades de mobilização *in loco* terão como principais objetivos a divulgação dos eventos previstos neste Termo de Referência, o preenchimento da Ficha de Cadastro Técnico da Mobilização Social (ANEXO D) e a identificação do nível de conscientização ambiental e de conhecimento da população local acerca das áreas afetadas ao meio ambiente, visando ao estabelecimento dos temas a serem contemplados nos cursos e oficinas de capacitação e educação ambiental, conforme previsto neste Termo de Referência.

É importante ressaltar que para todos os eventos previstos deverão ser convidados membros do CBHSF, da CCR Baixo SF, da AGB Peixe Vivo, das Prefeituras Municipais, da comunidade beneficiada e das demais instituições/entidades (cooperativas, associações, escolas etc.) que possam contribuir para o sucesso das ações a serem desenvolvidas na Bacia Hidrográfica do Rio Perucaba.

Os eventos de apresentação e seminários deverão acontecer em municípios diferentes da bacia, sendo as definições dos locais e das parcerias para o transporte dos interessados, realizadas em conjunto com os representantes da comunidade local e os membros do CBHSF e da CCR Baixo SF.

8.1.1 Atividades previstas

As atividades de mobilização social e de capacitação ambiental previstas são descritas a seguir e resumidas na Tabela 8.1:

- ✓ **Mobilização *in loco*:** Prevê um contato mais próximo, durante todo o período de vigência do contrato, entre a CONTRATADA e a população diretamente beneficiada pelo projeto, por meio de visitas aos proprietários, associações etc. Seu objetivo é permitir um maior esclarecimento do trabalho a ser realizado, sanar dúvidas e favorecer o estreitamento de laços entre os atores envolvidos no projeto, assim como o seu maior envolvimento com o mesmo.
- ✓ **Seminário Inicial:** Neste evento, a CONTRATADA irá apresentar informações sobre a área do projeto, os problemas pré-identificados, as estratégias da empresa para a elaboração do Diagnóstico, do Plano de Ações e do Termo de Referência, bem como a metodologia de atuação junto à comunidade. Este seminário deverá ocorrer em até **45 (quarenta e cinco) dias** decorridos da emissão da Ordem de Serviço (OS), nos municípios que contém áreas inseridas na bacia do rio Perucaba, em Alagoas.
- ✓ **Apresentação do Diagnóstico:** A CONTRATADA irá apresentar o Diagnóstico da Bacia Hidrográfica do Rio Perucaba, relatando as particularidades da área estudada e destacando os problemas identificados em campo. Essa reunião tem como objetivo informar aos





presentes a real situação da região, conferir os dados apresentados e coletar informações complementares. Esta apresentação deverá ocorrer em até **150 (cento e cinquenta) dias** decorridos da emissão da OS, nos municípios inseridos no projeto (confirmação de datas e locais a serem tomadas pela CONTRATADA, em conjunto com a CCR Baixo São Francisco, o CBHSF e a AGB Peixe Vivo).

- ✓ **Apresentação do Plano de Ações e da proposta inicial do Termo de Referência:** Neste evento, a CONTRATADA irá apresentar de forma detalhada o Plano de Ações. Terminada a primeira etapa da apresentação, a empresa irá expor aos participantes a proposta inicial do Termo de Referência, destacando as ações a serem contempladas e abrindo a palavra para os presentes, a fim de coletar sugestões e validar a proposta do Termo de Referência. Esta apresentação deverá ocorrer em até **180 (cento e oitenta) dias** decorridos da emissão da OS, nos municípios inseridos no projeto (confirmação de datas e locais a serem tomadas pela CONTRATADA em conjunto com a CCR Baixo São Francisco, o CBHSF e a AGB Peixe Vivo).
- ✓ **Seminário Final:** Neste momento, a CONTRATADA deverá apresentar o Termo de Referência e os benefícios previstos com a sua futura contratação. Sugere-se a apresentação de casos de sucesso de projetos similares para servir de exemplo e estímulo aos participantes. Este seminário deverá ocorrer em até **200 (duzentos) dias** decorridos da emissão da OS, em município a ser definido, no estado de Alagoas.

Tabela 8.1 – Tabela resumo dos eventos de mobilização social

Atividades de Mobilização Social - Tema	Objetivo	Público Alvo	Local
Seminário Inicial	Apresentar informações sobre as áreas do projeto, os problemas pré-identificados, as estratégias da empresa para a elaboração do Diagnóstico, do Plano de Ações e do Termo de Referência, bem como a metodologia de atuação junto à comunidade.	Membros do CBHSF, da CCR Baixo SF, da AGB Peixe Vivo, das Prefeituras Municipais, da comunidade beneficiada e das demais instituições/entidades (cooperativas, associações, escolas etc.).	Municípios da bacia
Apresentação do Diagnóstico	Informar aos presentes a real situação da bacia, conferir os dados apresentados no diagnóstico e coletar informações complementares	Membros do CBHSF, da CCR Baixo SF, da AGB Peixe Vivo, das Prefeituras Municipais, da comunidade beneficiada e das demais instituições/entidades (cooperativas, associações, escolas etc.).	Municípios da bacia





Atividades de Mobilização Social - Tema	Objetivo	Público Alvo	Local
Apresentação do Plano de Ações e da proposta inicial do Termo de Referência	Apresentar de forma detalhada o Plano de Ações. Exposição da proposta inicial do Termo de Referência, destacando as ações a serem contempladas e abrindo a palavra para os presentes, a fim de coletar sugestões e validar a proposta do Termo de Referência.	Membros do CBHSF, da CCR Baixo SF, da AGB Peixe Vivo, das Prefeituras Municipais, da comunidade beneficiada e das demais instituições/entidades (cooperativas, associações, escolas etc.).	Municípios da bacia
Seminário Final	Apresentar o Termo de Referência e os benefícios previstos com a sua futura contratação.	Membros do CBHSF, da CCR Baixo SF, da AGB Peixe Vivo, das Prefeituras Municipais, da comunidade beneficiada e das demais instituições/entidades (cooperativas, associações, escolas etc.).	A definir

Complementarmente, deverão ser elaborados relatórios descrevendo todo o processo de mobilização social desenvolvido pela CONTRATADA, detalhando as atividades e eventos realizados, as dificuldades enfrentadas e os resultados obtidos. Aos relatórios devem ser anexadas as listas de presença e os registros fotográficos das reuniões e eventos.

Quando a Contratada propor ações de plantio de espécies nativas, deverão ser devidamente realizadas análises de fertilidade do solo para a definição dos fertilizantes e corretivos a serem aplicados ao solo nas respectivas dosagens recomendadas e os laudos laboratoriais devem ser apresentados previamente à Agência Peixe Vivo. Deve ser realizada pelo menos uma análise por hectare de área a ser recuperada.

É importante ressaltar que antes do agendamento dos eventos de mobilização social, a CONTRATADA deverá conversar com os atores-chave da região do projeto para conciliar o melhor dia e horário para a sua realização, visando à participação de um maior número de pessoas. Adicionalmente, será de responsabilidade da empresa CONTRATADA fornecer *coffee break* para os participantes, em todos os eventos previstos. No caso das oficinas de capacitação e educação ambiental, que tiverem a duração de 8 horas, também deverá ser fornecido almoço. Na Tabela 8.2 é apresentada uma sugestão de distribuição dos eventos ao longo do período do contrato.

Tabela 8.2 – Sugestão de distribuição dos eventos ao longo do período do contrato

Eventos	MESES DE EXECUÇÃO													
	Mês 1		Mês 2		Mês 3		Mês 4		Mês 5		Mês 6		Mês 7	
	15 d	30 d	45 d	60 d	75 d	90 d	105 d	120 d	135 d	150 d	165 d	180 d	195 d	21 0 d
Seminários Iniciais														
Apresentações dos Diagnósticos														
Apresentações dos Plano de														





Ações e proposta de Termo
de Referência
Seminário Final

8.1.2 Produção de material gráfico

Deverão ser elaborados convites e cartilhas que apresentem e divulguem o projeto, os trabalhos previstos e, principalmente, os benefícios socioeconômicos e ambientais provenientes da sua execução. Além disso, deverá estar prevista a confecção de *banners* contendo informações gerais sobre o projeto, a serem expostos em todas as reuniões e eventos relacionados às atividades de mobilização social.

Os materiais educativos e de comunicação social serão destinados às comunidades locais, escolas, proprietários de terras, cooperativas, associações, gestores públicos municipais e demais atores envolvidos com o projeto. As cartilhas deverão conter texto resumido, apresentando o contexto e o histórico dos projetos hidroambientais no âmbito do CBHSF, assim como dados da contratação do projeto junto à AGB Peixe Vivo.

A seguir, são detalhadas as especificações técnicas dos materiais de divulgação anteriormente citados, os quais devem receber aprovação prévia da AGB Peixe Vivo para posterior impressão e veiculação:

- ✓ **Convites:** Produção de 500 (quinhentos) convites de 13 cm x 19 cm, em papel couchê 120 g com brilho, para serem entregues em envelopes A5 para o público a ser alcançado pelos eventos de mobilização social;
- ✓ **Cartazes:** Produção de 180 (cento e oitenta) cartazes de 420x300 mm. Lamina: 420x300mm, 4x0 cores em couchê fosco importado 150g. Os cartazes deverão ser afixados em locais estratégicos, de forma à divulgar os eventos previstos para um maior número de pessoas;
- ✓ **Banners:** Produção de 01 (um) *banner* de 1,20 m x 0,90 m, em lona, com bastão e corda, a ser utilizado nas reuniões e demais eventos de apresentação a serem realizados, contendo informações sobre o CBHSF, a AGB Peixe Vivo, o projeto, as parcerias, apoios etc;
- ✓ **Cartilhas:** Produção de 500 (quinhentas) cartilhas contendo informações sobre os projetos hidroambientais e o CBHSF, no formato 21 cm x 28 cm, 10 páginas de miolo, 3 x 3 cores + capa 4 x 3 cores, no papel couchê fosco 90 g. Essa cartilhas deverão ser entregues em todas as oficinas de capacitação e educação ambiental.

É de responsabilidade da CONTRATADA a elaboração da arte e do texto dos materiais, buscando e acatando orientações da AGB Peixe Vivo. Deverá ser produzida prova digital, a ser aprovada pela CONTRATANTE.





É importante ressaltar que todos os eventos do projeto (seminários, oficinas e dias de campo) não poderão ser realizados sem que haja a exposição de banners e a distribuição de cartilhas e similares alusivos ao projeto em execução.

8.2 EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica exigida para execução dos serviços previstos no presente Termo de Referência deverá ser composta, minimamente, por 6 (seis) profissionais, os quais deverão apresentar as qualificações técnicas descritas a seguir e as comprovações de registro em seus respectivos conselhos profissionais:

- ✓ **01 (um) Coordenador**, com formação superior, com pelo menos 5 (cinco) anos de formação e experiência comprovada (através de atestados e/ou documentos equivalentes) em manejo e conservação do solo e da água, ou atividades afins;
- ✓ **01 (um) Engenheiro**, com pelo menos 3 (três) anos de formação superior e experiência comprovada (através de atestados e/ou documentos equivalentes) em recuperação de áreas degradadas ou em estudos de uso e manejo dos solos;
- ✓ **01 (um) Biólogo**, com formação superior e experiência em levantamento do meio biótico;
- ✓ **03 (três) Profissionais de Mobilização Social**, com formação técnica ou superior e experiência comprovada (através de atestados e/ou documentos equivalentes) em mobilização social e/ou educação ambiental.

9. PRODUTOS ESPERADOS E PRAZO DE EXECUÇÃO

9.1 PRODUTOS ESPERADOS

Os pagamentos serão efetuados a partir da apresentação e aprovação dos seguintes Produtos:

- ✓ **Produto 1 (P1) – Plano de Trabalho**: A CONTRATADA deverá entregar, em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Ordem de Serviço, o **Produto 1**, composto pelo Plano de Trabalho com a especificação de todas as estratégias a serem empregadas para a realização dos serviços, para atendimento ao cronograma de execução, datas previstas para a realização dos eventos de mobilização social, educação ambiental e capacitação, dentre outras atividades que constam neste Termo de Referência;
- ✓ **Produto 2 (P2) – Diagnóstico da Bacia do Rio Perucaba**: A CONTRATADA deverá entregar, em até **150 (cento e cinquenta) dias** após a emissão da Ordem de Serviço, o **Produto 2**, referente ao relatório técnico do “Diagnóstico das Nascentes da Bacia do Rio Perucaba”, contendo todas as informações levantadas e estudos realizados na área de





interesse, para avaliação da situação de uso e ocupação do solo e dos recursos hídricos na mesma, além do apontamento da situação das nascentes;

- ✓ **Produto 3 (P3) – Plano de Ações das Nascentes da Bacia do Rio Perucaba:** Após a realização do diagnóstico e da identificação dos problemas e carências das áreas em estudo a CONTRATADA deverá entregar, em até **180 (cento e oitenta) dias** após a emissão da Ordem de Serviço, o **Produto 3**, referente ao relatório com a indicação das nascentes identificadas, selecionadas e priorizadas, bem como os respectivos Planos de Ações para execução de intervenções e benfeitorias a serem contratadas na segunda etapa do Projeto;
- ✓ **Produto 4 (P4) – Termo de Referência:** A contratada deverá selecionar as ações emergenciais, levantadas na etapa de desenvolvimento do Plano de Ações das Nascentes, a serem implementadas na Bacia. Posteriormente, as ações deverão ser validadas e aprovadas por meio da realização de reuniões com as comunidades locais e demais interessados. Terminada esta etapa de validação, a Contratada deverá elaborar um Termo de Referência – **Produto 4** – para a futura contratação de uma empresa para executar as ações previstas, a ser entregue em até **210 (duzentos e dez) dias** após a emissão da Ordem de Serviço.
- ✓ **Produto 5 (P5) – Relatório Final de Mobilização Social:** A CONTRATADA deverá entregar, após a realização de cada evento de mobilização, Relatório de Mobilização Social, que têm por objetivo descrever todas as atividades desenvolvidas junto às comunidades, apresentando registros fotográficos de reuniões, exemplares das peças gráficas utilizadas na divulgação de eventos, cópias das atas e listas de presença de reuniões, dentre outros materiais que comprovem a realização das atividades de Mobilização Social. Este Produto deverá ser entregue em até **210 (duzentos e dez) dias**, após a emissão da Ordem de Serviço.

A entrega dos produtos deverá seguir as seguintes diretrizes:

- ✓ Os produtos devem ser enviados a CONTRATANTE primeiramente em formato digital para fins de avaliação preliminar; e posteriormente em 2 cópias impressas e uma via digital em CD-ROM com as devidas adequações, quando solicitadas, em sua versão final aprovada;
- ✓ A empresa CONTRATADA deverá entregar em meio digital todos os dados vetoriais dos mapas utilizados na elaboração dos diagnósticos;
- ✓ Os relatórios técnicos deverão ser escritos, obedecendo a diretrizes existentes no Guia de Elaboração de Documentos da AGB Peixe Vivo (GED), disponível no sítio eletrônico da Agência Peixe Vivo.

9.2 PRAZOS E CRONOGRAMAS DE EXECUÇÃO



Neste item é apresentado o cronograma Físico que irá subsidiar o acompanhamento da execução dos serviços.

Descrição dos serviços	MESES DE EXECUÇÃO						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º
Serviços de mobilização social <i>in loco</i>	■	■	■	■	■	■	■
P1 – Plano de Trabalho	■						
P2 – Diagnóstico das Nascentes		■	■	■	■	■	
P3 – Plano de Ações das Nascentes						■	■
P4 – Termo de Referência para a contratação de serviços 2º Etapa							■
P5 – Relatório Final de Mobilização Social							■

10. PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a emissão das respectivas notas fiscais, autorizadas com a aprovação dos Produtos, que deverão ser entregues pagos de acordo com os seguintes percentuais do valor total contratado:

- ✓ **Produto 1 (P1) – Plano de Trabalho**, 10% (dez por cento) do valor total ;
- ✓ **Produto 2 (P2) – Diagnóstico das Nascentes da Bacia do Rio Perucaba**, 50% (cinquenta por cento) do valor total;
- ✓ **Produto 3 (P3) – Plano de Ações das Nascentes da Bacia do Rio Perucaba**, 20% (vinte por cento) do valor total;
- ✓ **Produto 4 (P4) – Termo de Referência para contratação dos serviços da 2º etapa**, 10% (dez por cento) do valor total;
- ✓ **Produto 5 (P5) – Relatório Final de Mobilização Social**, 10% (dez por cento) do valor total.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA), FUNDO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE (GEF), PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA) E ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PBHSF (2004-2013) – Resumo Executivo**. Salvador, 28 de junho de 2004. 337 p.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO (CBHSF). **Deliberação CBHSF nº. 07, de 29 de julho de 2004**. Aprova o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=609>. Acessado em: Outubro de 2015.



_____. **Deliberação CBHSF nº. 14, de 30 de julho de 2004.** Estabelece o conjunto de intervenções prioritárias para a recuperação e conservação hidroambiental na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, como parte integrante do Plano de Recursos Hídricos da Bacia. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=610>. Acessado em: Outubro de 2015.

_____. **Deliberação CBHSF nº. 15, de 30 de julho de 2004.** Estabelece o conjunto de investimentos prioritários a serem realizados na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, no período 2004 a 2013, como parte integrante do Plano de Recursos Hídricos da Bacia. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=614>. Acessado em: Outubro de 2015.

_____. **Deliberação CBHSF nº. 16, de 30 de julho de 2004.** Dispõe sobre as diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia do Rio São Francisco. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=613>. Acessado em: Outubro de 2015.

_____. **Deliberação CBHSF nº. 71, de 28 de novembro de 2012.** Aprova o Plano de Aplicação Plurianual - PAP dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco, referente ao período 2013 a 2015 e dá outras providências. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/?wpfb_dl=754>. Acessado em: Outubro de 2015.

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH). **Resolução CNRH nº. 114, de 10 de junho de 2010.** Delega competência à Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2013/01/resolucao_cnrh_114-.pdf>. Acessado em: Outubro de 2015.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Análises de Solos.** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/solos/analises>>. Acessado em: Julho de 2016.

_____. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** (Capítulo 3). Brasília: EMBRAPA. Produção de Informação; Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 1999. 412 p.

GAMA ENGENHARIA. **Levantamento e Diagnóstico de Nascentes nas porções média e baixa da Bacia Hidrográfica do Rio Piauí.** 2015.

GOOGLE EARTH. DigitalGlobe, Geo Eye. 2016. **Alagoas.** Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acessado em: Agosto de 2016.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Plano Estadual de Recursos Hídricos.** 2009.

HYDROS. **Plano Diretor de Recursos Hídricos.** 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades. 2016.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acessado em: Agosto de 2016.





12. ANEXOS

11.1 ANEXO A – FORMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DAS NASCENTES IDENTIFICADAS

<u>DIAGNÓSTICO DAS NASCENTES IDENTIFICADAS</u>		
Nome do proprietário da área: _____		
Telefone para contato: _____		E-mail: _____
Data da avaliação: ____/____/____		
Bacia hidrográfica: _____		
Sub-bacia hidrográfica: _____		Microbacia: _____
Localização/Endereço/Referência: _____		
Coordenadas geográficas (UTM – SAD 69): _____		
CARACTERIZAÇÃO DAS NASCENTES		
Proteção: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Temporalidade: <input type="checkbox"/> Perene <input type="checkbox"/> Intermitente	
Forma: <input type="checkbox"/> Pontual <input type="checkbox"/> Difusa <input type="checkbox"/> Múltipla	Aspecto: <input type="checkbox"/> Limpa <input type="checkbox"/> Poluída <input type="checkbox"/> Com entulho	
Condição: <input type="checkbox"/> Natural <input type="checkbox"/> Natural antropizada <input type="checkbox"/> Represada	<input type="checkbox"/> Drenada <input type="checkbox"/> Drenada confinada <input type="checkbox"/> Aterrada <input type="checkbox"/> Outra	Vazão: <input type="checkbox"/> Pouca <input type="checkbox"/> Significativa <input type="checkbox"/> Grande
Uso: <input type="checkbox"/> Afastamento de esgoto <input type="checkbox"/> Aquicultura <input type="checkbox"/> Consumo humano <input type="checkbox"/> Dessedentação animal <input type="checkbox"/> Harmonia paisagística	<input type="checkbox"/> Irrigação <input type="checkbox"/> Manutenção do corpo hídrico <input type="checkbox"/> Recreação de contato primário <input type="checkbox"/> Uso doméstico <input type="checkbox"/> Outro	Geo-morfologia: <input type="checkbox"/> Canal <input type="checkbox"/> Concavidade <input type="checkbox"/> Duto <input type="checkbox"/> Olhos d'água <input type="checkbox"/> Afloramento <input type="checkbox"/> Cavidade <input type="checkbox"/> Indefinida
Estrato vegetacional:	<input type="checkbox"/> Herbáceo <input type="checkbox"/> Arbustivo	<input type="checkbox"/> Arbóreo <input type="checkbox"/> Ausente





ÍNDICE DE IMPACTO AMBIENTAL MACROSCÓPICO (GOMES; MELO; VALE, 2005)¹:

METODOLOGIA DE ÍNDICE DE IMPACTO AMBIENTAL MACROSCÓPICO PARA NASCENTES			
Parâmetro macroscópico	Qualificação		
	Ruim (1)	Médio (2)	Bom (3)
Cor da água	Escura	Clara	Transparente
Odor	Forte	Com odor	Não há
Lixo ao redor	Muito	Pouco	Não há
Materiais flutuantes (lixo na água)	Muito	Pouco	Não há
Espumas	Muito	Pouco	Não há
Óleos	Muito	Pouco	Não há
Esgoto	Visível	Provável	Não há
Vegetação	Degradada ou ausente	Alterada	Bom estado
Usos	Constante	Esporádico	Não há
Acesso	Fácil	Difícil	Sem acesso
Equipamentos urbanos e outras fontes de poluição	A menos de 50 m	Entre 50 e 100 m	A mais de 100 m

Fonte: Adaptado de GOMES, MELO e VALE (2005)¹

Somatório: ____ + ____ + ____ + ____ + ____ + ____ + ____ + ____ + ____ + ____ = ____

CLASSIFICAÇÃO DAS NASCENTES QUANTO AOS IMPACTOS MACROSCÓPICOS (somatória dos pontos obtidos)		
Classe	Grau de proteção	Pontuação
A	Ótimo	31 – 33
B	Bom	28 – 30
C	Razoável	25 – 27
D	Ruim	22 – 24
E	Péssimo	Abaixo de 21

Fonte: Adaptado de GOMES, MELO e VALE (2005)¹

Valor encontrado: _____ Grau de proteção: _____

¹ GOMES, P. M.; MELO, C.; VALE, V. S. Avaliação dos impactos ambientais em nascentes na cidade de Uberlândia-MG: análise macroscópica. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 17, n. 32, pp. 103-120, jun. 2005.





Bioma: _____

Obs(condições): _____

- Descrição dos processos erosivos presentes:

Observações sobre características da ocupação humana:

- Presença de lixo (detalhar os materiais presentes, quantidade, origem e frequência de despejo):

- Lançamento de esgoto/efluentes (onde são lançados, quais características):

- Uso da terra:

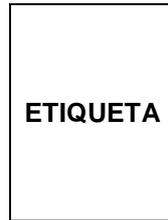
Observações gerais:





11.2 ANEXO B – FICHA INDIVIDUAL DE NASCENTE

IDENTIFICAÇÃO DA NASCENTE



Data de cadastro:	Localização:	Coordenadas UTM
Sub-bacia:	Microbacia:	Altitude:
FOTOS		
Descrição da nascente e das condições de entorno		
Proposição de ações para recuperação, conservação ou proteção		



11.3 ANEXO C – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS



CBHSF
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO SÃO FRANCISCO

QUESTIONÁRIO



AGB
PEIXE VIVO
Associação Executiva de Apoio à Gestão
de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo

PROJETO HIDROAMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PERUCABA – ALAGOAS – BAIXO SÃO FRANCISCO
IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DAS ÁREAS DO PROJETO

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR RURAL

Nome do proprietário: _____

RG e/ou CPF: _____

Apelido: _____ Contato: _____

Nome do “Caseiro”: _____

RG e/ou CPF: _____

Apelido: _____ Contato: _____

2 – INFORMAÇÕES DA PROPRIEDADE

Município: _____

Comunidade: _____

Nome da propriedade: _____

Área (ha): _____ Número de pessoas que residem: _____

Endereço completo da propriedade: _____

Distância à sede municipal (km): _____

Coordenadas da sede da propriedade (lat. e long.): _____

3 – TIPOS DE CULTURAS DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE

Tipo: _____	Área: _____	Rendimento por hectare: _____
Tipo: _____	Área: _____	Rendimento por hectare: _____
Tipo: _____	Área: _____	Rendimento por hectare: _____
Tipo: _____	Área: _____	Rendimento por hectare: _____
Tipo: _____	Área: _____	Rendimento por hectare: _____
Tipo: _____	Área: _____	Rendimento por hectare: _____
Tipo: _____	Área: _____	Rendimento por hectare: _____
Tipo: _____	Área: _____	Rendimento por hectare: _____
Tipo: _____	Área: _____	Rendimento por hectare: _____
Tipo: _____	Área: _____	Rendimento por hectare: _____



QUESTIONÁRIO



PROJETO HIDROAMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PERUCABA – ALAGOAS – BAIXO SÃO FRANCISCO IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DAS ÁREAS DO PROJETO

4 – DECLIVIDADE MÉDIA DA ÁREA DE PLANTIO

5 – MANEJO DE SOLO EMPREGADO

6 – TIPO DE SOLO PREDOMINANTE

7 – USO DE PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS

8 – IRRIGAÇÃO

Usa irrigação? Sim Não

Turno de rega → Tipo: _____ Quantidade aplicada: _____

9 – TRATOS CULTURAIS

10 – APLICAÇÃO DE ADUBO

Tipo: _____

Quantidade: _____

Periodicidade: _____

11 – DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Aplica defensivos agrícolas? Sim Não

Qual(is): _____

Quantidade(s): _____

Periodicidade(s): _____

11.4 ANEXO D – TERMO DE ACEITE**TERMO DE ACEITE DO PROJETO**

Eu, *{inserir o nome do morador}*, portador(a) da identidade nº. *{inserir número da identidade do morador}*, expedida por *{inserir nome do órgão expedidor da identidade}*, e inscrito(a) no CPF sob o nº. *{inserir número do CPF do morador}*, residente no(a) *{inserir nome da comunidade e/ou assentamento, endereço, número do lote etc.; de onde o morador reside}*, **AUTORIZO** que sejam executadas as benfeitorias previstas no Projeto de Recuperação Hidroambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Perucaba - AL, dentro de minha propriedade, conforme descritas a seguir:

1. Cercamento de nascente (ex: construção de 9.151 m de cercas)
2. Descrever os serviços (ex: reflorestamento de 18 ha);
3. Descrever os serviços (ex: Construção de barraginhas);
4. Descrever os serviços (ex: Adequação de estrada e construção de lombadas em 15 km);
5. Descrever os serviços (ex: Retirada, transporte e disposição final da vegetação aquática);
6. Demais serviços.

Fica estabelecido para os devidos fins, que a Empresa *{inserir o nome da empresa contratada para execução dos serviços}* fará a recomposição de todas as áreas modificadas, conforme existente antes das intervenções, exceto as benfeitorias anteriormente descritas.

Por ser verdade, firma-se o presente termo de aceite em 2 (duas) vias de igual teor, para produção dos devidos efeitos.

{inserir nome do município}, de _____ de 2016.

Assinatura do Representante da Empresa – Nº. CPF
{inserir o nome da empresa contratada para execução dos serviços}

Assinatura do Morador – Nº. CPF
{inserir o nome do Morador}

11.5 ANEXO E – FICHA DE CADASTRO DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL



CBHSF
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA
DO RIO SÃO FRANCISCO

FICHA DE CADASTRO



AGB
PEIXE VIVO
Associação Executiva de Apoio à Gestão
de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo

**PROJETO HIDROAMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO
RIO PERUCABA – ALAGOAS– BAIXO SÃO FRANCISCO**
IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DAS ÁREAS DO PROJETO
TRABALHO TÉCNICO SOCIAL – TTS

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR RURAL

Nome do proprietário: _____
 RG e/ou CPF: _____
 Apelido: _____ Contato: _____
 Nome do “Caseiro”:
 RG e/ou CPF: _____
 Apelido: _____ Contato: _____

2 – INFORMAÇÕES DA PROPRIEDADE

Município: _____
 Comunidade: _____
 Nome da propriedade: _____
 Área (ha): _____ Número de pessoas que residem: _____
 Endereço completo da propriedade: _____

Distância à sede municipal (km): _____ Contato: _____
 Coordenadas da sede da propriedade (lat. e long.): _____

3 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PROPRIEDADE

<input type="checkbox"/> Horticultura	Área: _____
<input type="checkbox"/> Criação de suínos (granjas)	Matrizes: _____
<input type="checkbox"/> Piscicultura	Área: _____
<input type="checkbox"/> Culturas anuais	Área: _____
<input type="checkbox"/> Plantio de eucalipto	Área: _____
<input type="checkbox"/> Bovinocultura de corte	Nº. de cabeças: _____
<input type="checkbox"/> Bovinocultura de leite	Nº. De cabeças: _____
<input type="checkbox"/> Alambique (indústria de cachaça)	Produção anual: _____
<input type="checkbox"/> Processamento de mandioca	Produção anual: _____
<input type="checkbox"/> Avicultura Nº de galpões: _____	Quantidade de aves: _____
<input type="checkbox"/> Indústria de ração animal	Tonelada: _____



FICHA DE CADASTRO



- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Laticínios/Queijaria
<input type="checkbox"/> Atividade de mineração
<input type="checkbox"/> Irrigação – Método: | Produção anual:

Cultura/Área (ha): |
|--|---|

Outros: _____

4 – SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Nome do(s) curso(s) d'água mais próximo(s):

Situação do curso d'água mais próximo:

- Assoreado Poluído com lixo S/ mata ciliar C/ mata ciliar
 APP protegida APP degradada

Existe nascente no terreno: Sim – Quantas? Não

Cercadas? Sim – Quantas? Não

Com vegetação? Sim – Quantas? Não

Coordenadas (latitude e longitude):

Há pisoteio de gado na(s) nascente(s)? Sim – Quantas? Não

Viabilidade de cercamento da(s) nascente(s)? Sim – Quantas? Não

5 – INFORMAÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO (ÁGUA E ESGOTO)

- Criação de animais Uso doméstico Abastecimento público
 Lazer Indústria Mineração Agroindústria
 Irrigação Piscicultura / Pesca Outros _____

EFLUENTES GERADOS NA PROPRIEDADE

- Dejetos animais Industrial Mineração
 Doméstico Outros: _____

EFLUENTES: Tratados – Tipo de tratamento:
 Não tratados



FICHA DE CADASTRO



ORIGEM DAS ÁGUAS UTILIZADAS

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Açude/barramento. Qtos? | <input type="checkbox"/> Cisterna. Qtas? |
| <input type="checkbox"/> Poço artesiano. Qtos? | <input type="checkbox"/> Canal de derivação. Qtos? |
| <input type="checkbox"/> Mina a céu aberto. Qtas? | <input type="checkbox"/> Direto no curso de água. Qtos? |

Outros:

Coordenadas (latitude e longitude):

DADOS DA VAZÃO DE CAPTAÇÃO

Uso da água:

Vazão média captada: (m³/h):

Período (dias/mês):

6 – CONTROLE DE EROÇÃO E ABASTECIMENTO DO LENÇOL

Situação de bacias de contenção ("barraginhas") e estradas na propriedade

Já existe(m) barraginha(s)? Sim – Quantas? Não

Necessita(m) de limpeza? Sim – Quantas? Não

Existem ponto(s) crítico(s) na estrada (erosão, atoleiro etc.)?

Sim – Quantas? Não

Identificação e assinatura do Cadastrado

Identificação e assinatura do Mobilizador Social